

Destiques

The background of the page is a photograph of a modern architectural structure. It features a large, curved, metallic-looking wall that dominates the left and center. To the right, a tall, slender flagpole stands against a sky with scattered clouds, flying a flag. The overall color palette is dominated by the metallic grey of the building and the blue of the sky.

Julho | 2011

Copyright © 2011 - Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social – SECOM.

Publicação de cunho informativo e de prestação de serviço. Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução total ou parcial da publicação e de informações nela contidas, desde que citada a fonte.

Seu conteúdo não pode ser alterado. As informações aqui divulgadas, sem menção à fonte, são obtidas diretamente de ministérios e instituições da Administração Federal. Informações de origem diversa são veiculadas mediante citação da fonte.

Versão eletrônica disponível nos sítios www.brasil.gov.br e www.presidencia.gov.br.

Divulgado em agosto 2011.

Contato: destaques.secom@planalto.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.

Destaques: Secretaria de Comunicação – Ano IV. nº 1 (jan./jul. 2011 -).

– Brasília: SECOM, 2011-.

v. : il. – Quadrimestral.

Título anterior: Destaques: ações e programas do Governo Federal.

Descrição baseada em: Ano IV. n. 1 (jan./jul. 2011)

1. Programa do Governo Federal. 2. Política I. Título.

Apresentação

O **Destaques** assume, em sua primeira edição de 2011, nova diagramação e formato. Com periodicidade quadrimestral, seu conteúdo passa a ser apresentado em cinco capítulos: *Brasil em Números*, *Fóruns de Gestão*, *Destaques*, *Brasil e o Mundo* e *Agenda Normativa*.

Inovando na forma, o Destaques mantém a proposta de oferecer uma síntese das principais ações e programas do Governo Federal. O leitor familiarizado com esta publicação encontrará uma mudança na apresentação das informações: em substituição aos temas setoriais, adota-se a integração em torno dos Fóruns, para espelhar o novo modelo de gestão implantado.

Esta edição contém informações até julho de 2011. O capítulo *Brasil em Números* destaca os dados sobre o perfil da população brasileira trazidos pelo Censo 2010, além de informações sobre o cenário econômico brasileiro. Em *Fóruns de Gestão* é apresentada a composição dessas novas instâncias de gestão, assim como as principais ações já implementadas. O capítulo *Destaques* traz ações que estiveram em evidência e novos programas lançados pelo Governo Federal. *Brasil e o Mundo* contém um relato dos principais eventos que marcaram, no período, a relação com países e organismos internacionais. Fechando esta publicação, a *Agenda Normativa* elenca os principais atos até julho de 2011.

Os editores do Destaques agradecem a contribuição dos órgãos do Governo Federal no fornecimento das informações. Aos leitores, que continuem contribuindo para o aprimoramento desta publicação.

Boa leitura.

Equipe do Destaques

Sumário

Brasil em Números..... 5

Censo 2010 6

Cenário econômico 8

Fóruns de Gestão 11

Fórum de Erradicação da Pobreza Extrema..... 12

Fórum de Infraestrutura 18

Fórum de Desenvolvimento Econômico..... 22

Fórum Direitos e Cidadania..... 25

Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade 29

Destaques..... 30

Mais serviços de saúde, com qualidade..... 31

Mais oportunidades para formação de jovens e de trabalhadores..... 35

Minha Casa, Minha Vida 2 39

Apoio à produção agrícola..... 41

Reestruturação do setor aéreo..... 44

Copa do Mundo FIFA 2014..... 46

Internet e telefonia fixa – mais acesso, mais qualidade e menores preços 50

Proteger as fronteiras para aumentar a segurança dos brasileiros..... 52

Combate ao desmatamento na Amazônia é intensificado..... 55

Melhor preparo para enfrentar eventos climáticos extremos 57

Relação federativa..... 58

Brasil e o Mundo 60

O Brasil e o Mundo..... 61

Agenda Normativa 66

Econômica e financeira..... 67

Social..... 68

Infraestrutura..... 70



Brasil em Números

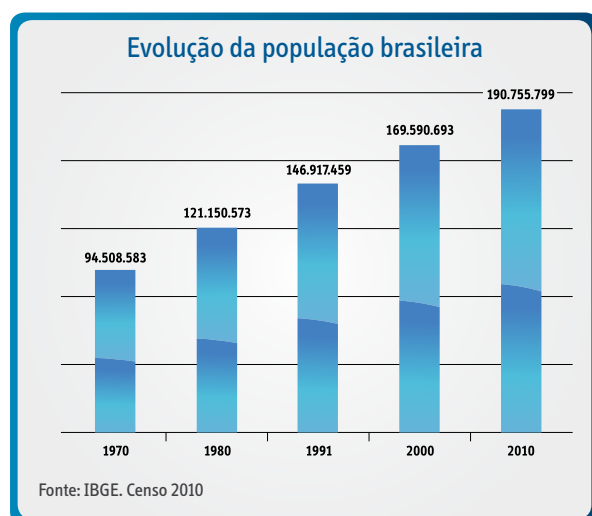
Censo 2010

As mudanças no perfil da população brasileira

O Censo Demográfico de 2010 mostrou que a população cresceu menos, tem mais mulheres, está menos jovem, predominantemente urbana e com mais acesso a serviços

Em 2010, 190.755.799 brasileiros

A taxa de crescimento manteve tendência de queda e foi a menor da série histórica: média de 1,17% ao ano, nesta última década. Entre 1991 e 2000 a taxa média de crescimento foi de 1,64% a.a. e entre 1980 e 1991, de 1,93% a.a.

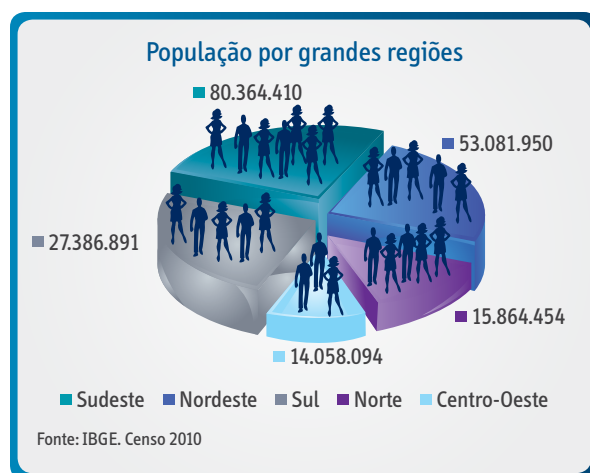


População mais envelhecida: em todas as regiões, a população está em processo de envelhecimento. O crescimento populacional foi mais acentuado nas faixas etárias acima de 25 anos. A população de idosos com mais de 65 anos representa hoje 7,4% do total. Em 2000 esta proporção era de 5,9% e em 1991 era de 4,8%.

Mulheres são maioria na população: a população brasileira é composta por 97.348.809 mulheres e 93.406.990 homens – 96 homens para cada 100 mulheres. Com exceção do Amazonas, em todos

os estados houve aumento na proporção de mulheres entre 2000 e 2010.

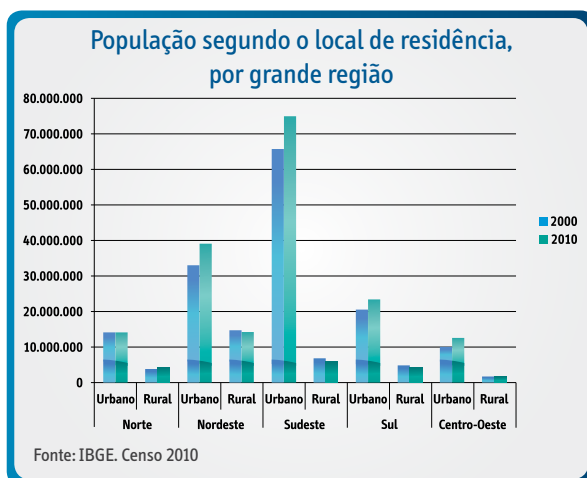
Distribuição da população no território: o ritmo de crescimento anual da população na última década foi muito diferenciado por região. A população cresceu mais rápido no Norte (2,09%) e no Centro-Oeste (1,91%). Nas demais regiões, o crescimento ficou abaixo da média brasileira: Nordeste (1,07%), Sudeste (1,05%) e Sul (0,87%). A região Sudeste permanece a mais populosa, concentrando 42% da população.



Maior crescimento em municípios de médio porte: a taxa média de crescimento da população foi maior nos municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes (mais de 2,0% a.a.) e negativa naqueles com população entre 5 mil e 10 mil habitantes (-0,97%). Em 2010, 15 municípios no Brasil

tinham população superior a 1 milhão de habitantes (contra 13 em 2000).

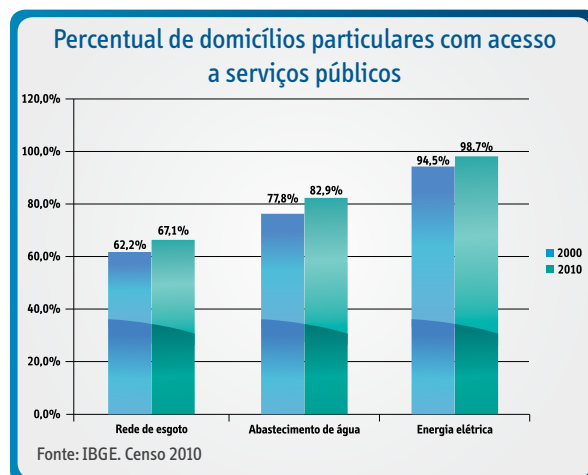
Diminui a população nas áreas rurais: em 2010, 15,6% da população brasileira (29,8 milhões de habitantes) viviam na área rural. Em 2000 esta proporção era de 18,8% (31,8 milhões de habitantes).



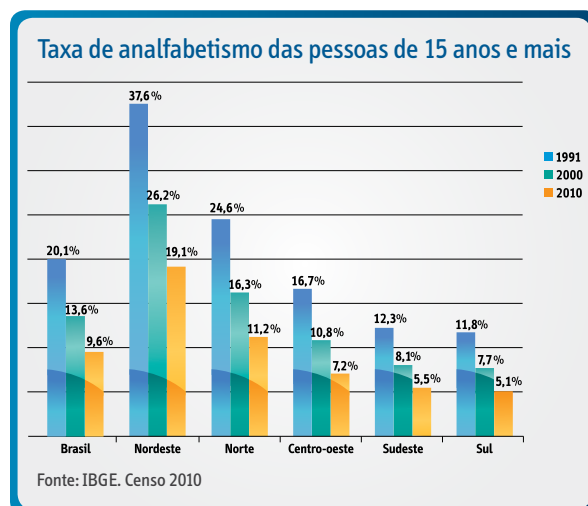
A população urbana aumentou, em termos absolutos, em mais de 23 milhões de pessoas. São 160,9 milhões de pessoas vivendo nas cidades, contra 137,8 milhões em 2000. O grau de urbanização¹ passou de 81,2% em 2000, para 84,4% em 2010.

Diminui a média de moradores por domicílios: a densidade domiciliar variou de 3,8 moradores para 3,3 moradores entre 2000 e 2010. Este declínio foi verificado em todas as regiões.

Acesso a serviços públicos é ampliado: domicílios brasileiros têm maior acesso a energia elétrica, abastecimento de água e rede de esgoto.



Em vinte anos o analfabetismo reduz pela metade: em 2010, 9,6% da população brasileira com 15 anos ou mais não era alfabetizada. A taxa de analfabetismo é maior nas faixas de idade mais elevadas – a população com 60 anos ou mais concentra o maior percentual de analfabetos (26,5%), seguida pela faixa etária entre 50 e 59 anos (13,8%). Nas faixas mais jovens, este percentual cai para 2,2% entre 15 e 19 anos e para 3,4% para a população entre 20 a 29 anos.



¹ Participação da população urbana no total da população.

Cenário econômico

Inflação sob controle e manutenção do crescimento

No primeiro semestre, a política macroeconômica conciliou o controle da inflação e o rigor fiscal com a continuidade do crescimento

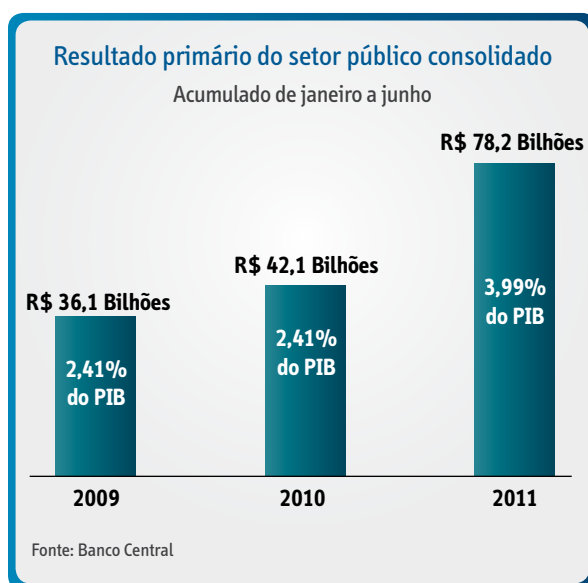
Consolidação Fiscal

A evolução das contas públicas do Governo Federal nos primeiros meses de 2011 demonstra o compromisso com a consolidação fiscal.

O superávit primário do Governo Central no primeiro semestre de 2011 foi de R\$ 55,4 bilhões, 123,6% superior ao verificado no mesmo período de 2010, em termos nominais. Este número representa o alcance, já em junho, de 67,7% da meta fiscal prevista para o ano (R\$ 81,8 bilhões).

Contribuiu para este crescimento do superávit, pelo lado das despesas, o ajuste de R\$ 50,1 bilhões no Orçamento Geral da União. Pelo lado das receitas, o resultado deve-se à manutenção do crescimento econômico e ao aumento da formalização no mercado de trabalho, que resultou em melhoria nas contas da Previdência Social – no acumulado até junho, a necessidade de financiamento do RGPS passou de R\$ 22,6 bilhões em 2010 para R\$ 19,6 bilhões em 2011, o que corresponde a uma redução de 13,6% em termos nominais.

O superávit primário do setor público consolidado (Governo Central, Governos Regionais e Estaduais) acumulado no primeiro semestre de 2011 foi de R\$ 78,2 bilhões (3,99% do PIB), representando uma significativa evolução em relação ao verificado no mesmo período de 2010 (R\$ 42,1 bilhões, ou 2,41% do PIB).



Manutenção da estabilidade monetária

A estabilidade de preços é condição para a manutenção do poder aquisitivo da população e para a continuidade do processo de crescimento sustentado com redução das desigualdades sociais. Por isso, o Governo Federal adotou e continuará adotando todas as medidas necessárias à manutenção da inflação sob controle.

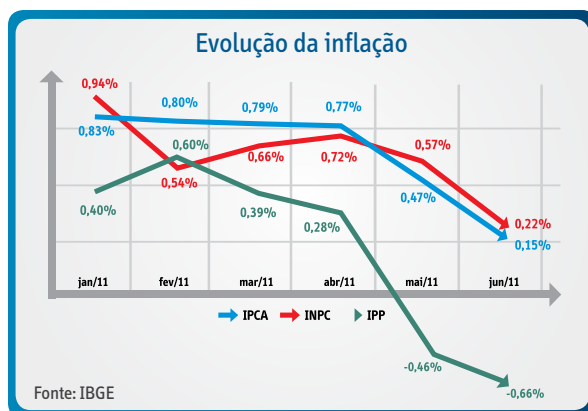
Os principais índices de inflação fecharam o primeiro semestre de 2011 em desaceleração. Este resultado é consistente com o objetivo de encerrar o ano dentro da meta de inflação fixada pelo Governo e decorre da combinação de elevação da taxa básica de juros com medidas macroprudenciais e política fiscal mais restritiva.

Medidas macroprudenciais

Em adição ao instrumento tradicional de política monetária de elevação de juros, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e a diretoria colegiada do Banco Central vêm adotando medidas de natureza macroprudencial, que visam preservar a estabilidade monetária e do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e, ainda, dar prosseguimento ao processo de retirada gradual dos incentivos utilizados para minimizar os efeitos da crise financeira internacional de 2008.

As principais medidas adotadas entre dezembro de 2010 e junho de 2011 foram as seguintes:

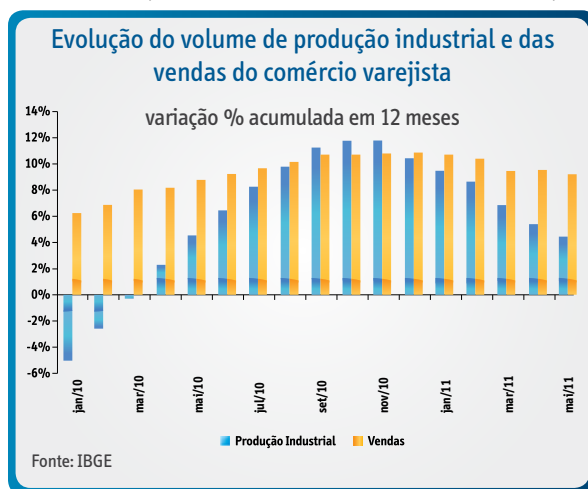
- Elevação dos recolhimentos compulsórios sobre depósitos à vista e a prazo;
- Elevação do requerimento de capital para operações de crédito de prazo superior a 24 meses no segmento de pessoas físicas, e para aquelas de prazo superior a 36 meses nas operações de crédito consignado.
- Expansão do limite de garantia prestada pelo Fundo Garantidor de Crédito e estabelecimento de cronograma para extinção dos depósitos a prazo com garantia especial.
- Elevação da alíquota de IOF incidente sobre operações de crédito de pessoas físicas de 1,5% para 3%, em abril deste ano.



Crescimento da produção e do emprego

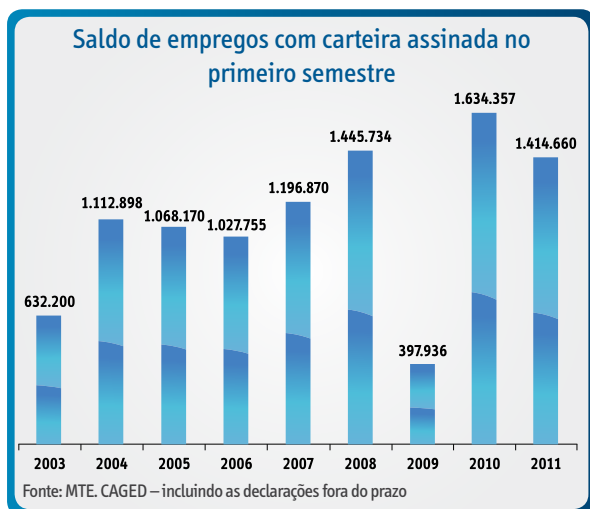
O controle da inflação está sendo efetuado sem comprometer o crescimento econômico e a geração de empregos. Para isso, foram adotadas medidas de manutenção dos estímulos ao investimento e à produção, combinadas com uma moderação no ritmo de crescimento do consumo, em especial do setor público.

As séries acumuladas (12 meses) do volume da produção industrial e do volume de vendas no comércio varejista já expressam o ajuste recente no ritmo da atividade econômica, menos acelerado que em 2010. Apesar da desaceleração no ritmo de crescimento, os volumes de vendas e de produção industrial se situam em patamar elevado. No acumulado de janeiro a maio de 2011, o volume de vendas do comércio varejista cresceu 7,4%, na série com ajust-

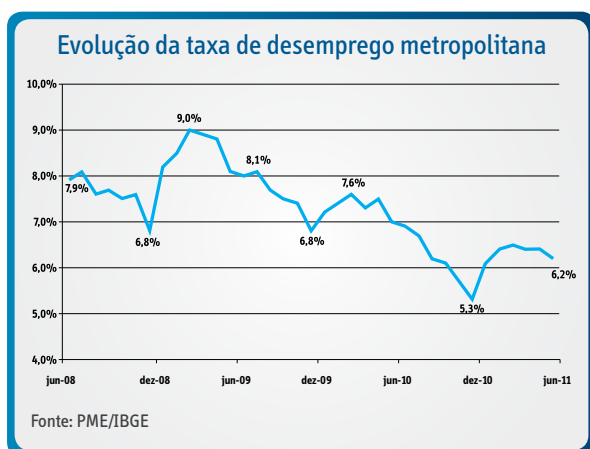


te sazonal, e a produção industrial cresceu 1,8%, atingindo, em maio, o mais elevado patamar de produção de toda a sua série histórica.

Com a economia em crescimento, no primeiro semestre de 2011 foram gerados 1.414.660 empregos formais, o terceiro maior saldo da série histórica com ajustes para o período.



A taxa de desocupação nas seis maiores regiões metropolitanas¹ foi estimada em 6,2% em junho, a menor taxa para esse mês desde 2002, início da série da Pesquisa Mensal de Emprego.



¹ A PME/IBGE é realizada nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo.

Solidez internacional

Os principais indicadores externos apresentaram comportamento favorável no primeiro semestre de 2011.

Na balança comercial foram alcançados recordes históricos, que demonstram o aumento da participação do Brasil no comércio internacional. As exportações apresentaram valor recorde de US\$ 118,3 bilhões, 31,6% mais que no mesmo período de 2010, pela média diária. As importações também alcançaram recorde de US\$ 105,3 bilhões, aumento de 28,5% na mesma base de comparação. Como resultante, o superávit comercial no primeiro semestre foi de US\$ 13,0 bilhões. A confiança dos investidores estrangeiros no vigor da economia brasileira tem se refletido num expressivo aumento do investimento de estrangeiro direto no País, que alcançou US\$ 32,5 bilhões no primeiro semestre, crescimento de 168,5% em relação a 2010.

O Brasil, que já era considerado grau de investimento pelas três principais agências de “rating” do mundo (Fitch, Moody’s e Standard & Poor’s), teve sua nota elevada pela Moody’s em junho deste ano, num reconhecimento claro da solidez de nossa posição externa e fiscal. Neste contexto, o Tesouro Nacional tomou recursos no exterior com taxa de 4,18% a.a., a menor taxa da história.

O Brasil já é credor externo líquido desde 2007 e continua melhorando sua posição. O saldo positivo com o exterior alcançou, em junho, US\$ 71,3 bilhões, patamar 40,9% superior ao registrado em dezembro de 2010.

Como resultado dos movimentos favoráveis no balanço de pagamentos, as reservas internacionais atingiram o patamar recorde de US\$ 335,8 bilhões em junho.



Fóruns de Gestão

Fórum de Erradicação da Pobreza Extrema

Plano Brasil Sem Miséria

Promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre é o grande objetivo do Plano Brasil Sem Miséria

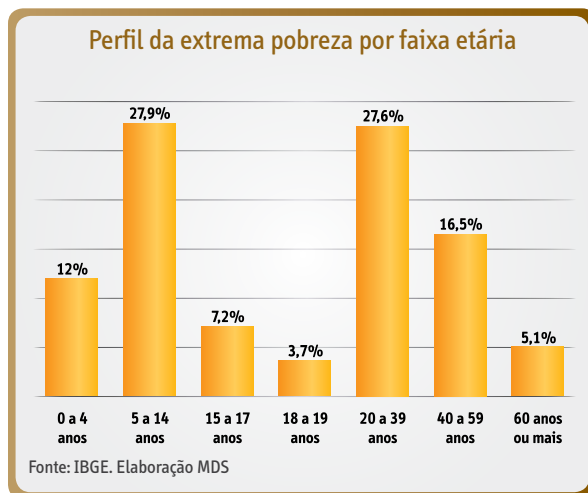
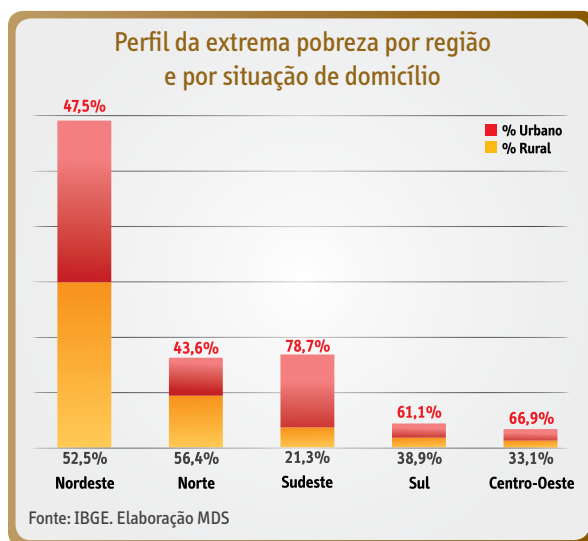
O Brasil avançou muito na redução das desigualdades nos últimos anos. Contudo, ainda existem 16,2 milhões de brasileiros e brasileiras, ou 8,5% da população, que vivem na extrema pobreza e que requerem a ação do Estado para a garantia de seus direitos.

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado para aperfeiçoar e ampliar o melhor da experiência brasileira na área social. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), articula e mobiliza esforços de todo o Governo Federal, dos estados e dos municípios em torno de ações voltadas para os brasileiros do campo e da cidade que vivem com uma renda familiar inferior a R\$ 70 reais mensais por pessoa.

Além do MDS, são responsáveis diretos por ações do Brasil Sem Miséria a Casa Civil, os Ministérios do Planejamento, da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário, da Educação, da Saúde, da Integração, das Cidades, do Trabalho e Emprego e a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Perfil e mapa da pobreza

Os dados do Censo 2010 permitiram traçar um perfil da extrema pobreza no Brasil: está concentrada na região Nordeste, afeta uma em cada quatro pessoas que vivem no meio rural e, principalmente, crianças e jovens de até 19 anos, que representam 51% das pessoas em situação de extrema pobreza:



Com base nestes dados, foram elaborados os mapas de *insuficiência de renda*, *carência de serviços públicos* e de *oportunidades*, para embasar a ação do Plano. A sobreposição desses mapas permitiu que fossem propostas soluções para diferentes tipos de problemas e população, em torno de três eixos estratégicos: garantia de renda, de acesso a serviços e oportunidades de ocupação e renda.

Garantia de renda: inclusão de toda a população com perfil, mas ainda não beneficiada, no Programa Bolsa Família, na aposentadoria pelo INSS e no Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência.

Inclusão produtiva: ampliação de capacidades e de oportunidades de ocupação e renda nos meios rural e urbano.

Acesso a serviços públicos: ampliação da oferta de serviços públicos com qualidade, garantindo melhores condições de bem-estar social.



Fonte: MDS

BUSCA ATIVA – O Estado vai aonde a pobreza está!

Para que as ações previstas nos três eixos do Brasil Sem Miséria cheguem aos 16,2 milhões de extremamente pobres, será implementada uma nova estratégia – a Busca Ativa. Seu objetivo é fazer o Estado chegar até a população mais pobre que ainda está fora da rede de promoção e proteção social. Geralmente, são pessoas que vivem em regiões isoladas ou em bolsões de pobreza nos grandes centros urbanos, carecem de informações e oportunidades e, muitas vezes, sequer possuem documentação civil.

A Busca Ativa pretende alcançar essa parcela da população, incluí-la no Cadastro Único e, consequentemente, nos programas sociais do Governo Federal. Para identificar os possíveis beneficiários, serão promovidas várias ações de mobilização, como campanhas, mutirões e o cruzamento de cadastros, bem como uma atuação integrada e articulada das políticas setoriais (saúde, educação, assistência social, desenvolvimento agrário, meio ambiente e outras) para a localização e encaminhamento da população extremamente pobre para a rede de serviços.

GARANTIA DE RENDA

Todas as famílias que estão em situação de extrema pobreza serão beneficiadas por programas de proteção social:

- Até 2013, serão incorporadas ao Programa Bolsa Família cerca de 800 mil famílias que têm perfil, mas ainda não recebem o benefício;
- Até 2014, mais 145 mil idosos passarão a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Reajuste do benefício do Bolsa Família

Em março de 2011, os benefícios do Bolsa Família foram reajustados:

- Benefício básico – de R\$ 68 para R\$ 70;
- Benefício variável – de R\$ 22 para R\$ 32;
- Benefício variável do adolescente – de R\$ 33 para R\$ 38.

Criança e Adolescente

Como 40% da população extremamente pobre tem menos de 14 anos de idade, o Programa Bolsa Família vai fortalecer o atendimento desse público:

- **O valor do benefício variável**, que é concedido às famílias que têm filhos até 14 anos, **foi reajustado em 45,5%**, percentual superior ao do benefício básico (2,9%);
- O número máximo de filhos pelos quais a família recebe o benefício também foi ampliado de três para cinco filhos com idade entre 0 e 15 anos. Com isso, **mais de 1,3 milhão de crianças e adolescentes serão incluídos no Programa Bolsa Família**.

INCLUSÃO PRODUTIVA

A inclusão produtiva da população extremamente pobre será apoiada por ações específicas para os meios urbano e rural: a geração de ocupação e de renda na cidade e o estímulo ao aumento da produção no campo.

Inclusão produtiva urbana

Qualificação e capacitação: foco em pessoas com idade entre 18 e 65 anos. A meta é garantir vagas

em cursos para 1,7 milhão de brasileiros, sempre associadas às demandas e oportunidades do mercado de trabalho em cada região.

Intermediação da mão de obra: apoio à inserção do trabalhador no mercado de trabalho por meio da captação de vagas junto a empresas e encaminhamento de trabalhadores cadastrados no Sistema Nacional de Emprego (SINE) às vagas.

Microempreendedor: garantia de acesso ao crédito, capacitação para gestão do negócio e incentivo à formalização junto ao Programa de Microempreendedor Individual (MEI).

Economia popular e solidária: apoio à organização e à comercialização de redes de empreendimentos solidários, atividades empreendedoras coletivas e constituição de incubadoras para geração de ocupação e renda.

Catadores de materiais recicláveis: apoio à organização produtiva e às cooperativas, com foco na implantação de programas de coleta seletiva. Inclui a capacitação de 60 mil catadores, a viabilização de infraestrutura para 280 mil e o incremento de cem redes de comercialização.

Microcrédito: ampliação da oferta de microcrédito produtivo orientado, com redução de custos e aumento da cobertura territorial.

Inclusão produtiva rural

Assistência técnica: acompanhamento de 253 mil famílias por equipes de profissionais especializados. Cada grupo de mil famílias será acompanhado por uma equipe formada por um técnico de nível superior e dez de nível médio.

Assistência técnica para a agricultura familiar

Já foram lançadas duas chamadas para contratação de equipes de assistência técnica para atender 25 mil famílias de agricultores familiares de 10 estados. O grupo da primeira chamada iniciará as atividades em setembro de 2011 e o da segunda, em outubro de 2011.

As equipes contratadas apoiarão as famílias extremamente pobres na estruturação da produção para autoconsumo e a comercialização do excedente para mercado, além de facilitar o acesso às demais políticas voltadas para a agricultura familiar.

Fomento: repasse de R\$ 2.400 em parcelas semestrais durante dois anos, para compra de insumos e equipamentos para a produção.

Sementes: oferta de sementes de feijão, milho e hortaliças de qualidade pela Embrapa, para as famílias que receberem o fomento.

Luz para Todos: dará acesso a energia elétrica a mais 257 mil famílias extremamente pobres.

Bolsa Verde: para famílias que vivem ou trabalham em florestas nacionais, reservas extrativistas ou de desenvolvimento sustentável federais e assentamentos ambientalmente diferenciados, garantirá o pagamento trimestral de R\$ 300 por meio do cartão do Programa Bolsa Família. Visa à conservação de ativos ambientais e atenderá 73 mil famílias até 2014.

Água para Todos: universalização do acesso à água na zona rural para famílias em situação de extrema pobreza que ainda não têm acesso à água para consumo ou produção. A estimativa é de atender, inicialmente, 750 mil famílias até 2014. As famílias serão beneficiadas com a construção de cisternas ou sistemas coletivos de abastecimento de água. Além disso, estão previstos sistemas de irrigação para pequenas propriedades e recuperação de poços artesianos. Em 2011, será iniciada a construção de 367,2 mil cisternas.

Acesso aos mercados: apoio à comercialização, combinando compras institucionais e mercado privado:

- **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** será ampliado para atender 445 mil famílias de agricultores familiares até 2014, sendo 255 mil famílias em situação de miséria.
- **Mercado privado:** parcerias para aquisição de alimentos da agricultura familiar pela rede privada – em especial as redes de supermercado, empresas e restaurantes, dentre outros.

Assalariados rurais extremamente pobres: fomento de acordos tripartites (Estado, trabalhadores e empregadores) para garantir melhores condições de trabalho, incluindo estímulo à formalização e ampliação da qualificação profissional.

ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS

As pessoas e famílias extremamente pobres serão incluídas e terão sua permanência garantida nas principais políticas sociais do País.

Com o apoio de toda a rede de assistência social, o Brasil Sem Miséria chegará às populações em situação de vulnerabilidade.

O SUAS agora é lei!

Sancionada em 6 de julho de 2011, a lei do SUAS institucionalizou o Sistema Único de Assistência Social e fortaleceu a rede de serviços da assistência social, que conta com uma estrutura descentralizada e participativa de 7,6 mil Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e 2,1 mil Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

Distribuídos por todo o Brasil, esses centros possibilitam diariamente o atendimento socioassistencial a mais de **60 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade**.

A Lei institucionaliza a organização do Sistema em dois tipos de proteção social (básica e especial), regulamenta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – PAEFI e o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil – PETI, políticas essenciais para o cumprimento da meta de superação da extrema pobreza.

Uma das principais alterações é a autorização para utilização dos recursos do cofinanciamento federal para pagamento das equipes de referência que atuarão no atendimento da população usuária dos serviços socioassistenciais. A lei prevê, ainda, o repasse de recursos aos estados e municípios para apoiar a gestão do SUAS e qualificar a oferta dos serviços.

A rede de assistência social será a grande responsável pela coordenação da **Busca Ativa**. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), presentes em 99,5% dos municípios, funcionarão como pontos de atendimento e referência das ações do Brasil Sem Miséria.

Os profissionais de diversas áreas serão qualificados, mobilizados e sensibilizados para buscar e garantir às pessoas em situação de extrema pobreza o acesso a programas sociais nas seguintes áreas:

Saúde: Programas Saúde da Família, Rede Cegonha, Brasil Sorridente, Olhar Brasil, Saúde não tem Preço.

Educação: Brasil Alfabetizado, Mais Educação.

Moradia: Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos.

Segurança alimentar: Cozinhas Comunitárias, Banco de Alimentos.

Assistência social especializada: apoio à população em situação de rua, combate ao trabalho infantil, acompanhamento das famílias.

Documentação: emissão de documentos civis.

COMPROMISSO DOS GOVERNOS ESTADUAIS

Uma diretriz do Plano Brasil Sem Miséria é a articulação com os estados e os municípios. As unidades da federação têm realidades diferenciadas e, por isso, o Governo Federal está construindo, em parceria com os governos estaduais, estratégias de combate à extrema pobreza. Paralelamente, serão firmados compromissos regionais com estratégias específicas e adequadas às cinco regiões do País.

Após o lançamento nacional do Plano, vários estados anunciaram suas estratégias. Alguns optaram por lançar programas próprios para a superação da extrema pobreza que contam com ações de Busca Ativa, ações complementares de renda, ações de inclusão produtiva e fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social: Rio de Janeiro (**Renda Melhor**, lançado em 4 de junho), Espírito Santo (**Programa INCLUIR**, lançado em 6 de junho), Distrito Federal (**DF Sem Miséria**, lançado em 7 de junho) e Rio Grande do Sul (**RS Mais Igual**, lançado em 30 de junho).

DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE CIVIL

A interlocução com a sociedade civil sobre as ações do Brasil Sem Miséria teve início com a

realização de oito grandes Diálogos, numa parceria entre a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para apresentar a concepção do Plano e sua estrutura, bem como colher comentários, críticas e sugestões para seu aprimoramento.

Foram mobilizadas 452 pessoas, entre representantes do Governo Federal, Movimentos do Campo, Movimentos Urbanos, Redes de ONGs, Conselhos de Políticas, Centrais Sindicais, Comunidades Religiosas, a Rede de Educação Cidadã (RECID), Confederações Patronais e Organizações de Responsabilidade Social Empresarial e Investimento Social Privado.



PARA SABER MAIS sobre o Plano Brasil Sem Miséria, acesse www.brasilsemmiseria.gov.br

Fórum de Infraestrutura

PAC 2

Investimento para ampliar e aprimorar a infraestrutura logística e social do País

Instalado em 20 de janeiro de 2011, o Fórum de Infraestrutura coordena ministérios e mobiliza municípios e governos estaduais, além da iniciativa privada, para dar continuidade ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Composição

Coordenado pelo Ministério do Planejamento, o Fórum é também formado pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Cultura (MinC), da Integração (MI), da Educação (MEC), do Meio Ambiente (MMA), da Justiça (MJ), das Comunicações (MC), da Defesa (MD), de Minas e Energia (MME), dos Transportes (MT) e da Saúde (MS), além da Casa Civil, Secretaria Especial de Portos (SEP), Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Secretaria de Aviação Civil (SAC), Advocacia Geral da União (AGU), Controladoria Geral da União (CGU) e órgãos federais encarregados da execução das ações do PAC.

O PAC no período 2007-2010

Com o lançamento do PAC, em janeiro de 2007, o Governo Federal retomou o planejamento em infraestrutura e voltou a investir em setores estruturantes, necessários para sustentar o crescimento econômico do Brasil.

Os investimentos públicos passaram de 1,62% do PIB, em 2006, para 3,27% no final de 2010. E milhares de obras foram realizadas. Em logística, foram concluídos 6.377 km de rodovias e 909 km de

ferrovias; 12 empreendimentos em 10 aeroportos e 14 em portos; 10 terminais hidroviários; e financiadas 301 embarcações e 5 estaleiros. No setor de Petróleo e Gás, 11 novos campos e 11 plataformas entraram em operação e 3.776 km de gasodutos foram construídos. Além disso, 1.599 obras de habitação e saneamento foram concluídas.

PAC 2 – Mais recursos e novas ações

O PAC 2 investirá R\$ 955 bilhões no período entre 2011 e 2014. Nesse quadriênio, deverão ser concluídas obras que mobilizarão R\$ 708 bilhões (74% do total). As demais obras, que envolvem investimentos de R\$ 247 bilhões (26% do total), serão concluídas após 2014, por serem grandes projetos de infraestrutura, que demandam período mais longo de realização.

Os empreendimentos do PAC 2 estão divididos em seis eixos estratégicos:

- **Água e Luz para Todos** – visa universalizar o acesso à energia elétrica e expandir o abastecimento de água. Nas áreas urbanas, prevê aumentar a produção e cobertura, garantir a regularidade e a melhoria da qualidade da água. No Nordeste Setentrional e outras regiões onde há escassez, prevê ações para garantir o acesso à água, além de revitalizar bacias e investir em obras de irrigação.
- **Cidade Melhor** – prevê ações de infraestrutura urbana como saneamento, prevenção em áreas

de risco, mobilidade e pavimentação, para levar conforto e qualidade de vida à população.

- **Comunidade Cidadã** – prevê investimentos em saúde, educação, cultura e lazer, para aumentar a oferta de serviços e equipamentos públicos à população que vive em áreas socialmente vulneráveis.
- **Energia** – prevê investimentos em geração e transmissão de energia elétrica, exploração de petróleo e gás, combustíveis renováveis e pesquisa mineral, para garantir a oferta de energia

necessária para impulsionar e sustentar o crescimento do Brasil.

- **Minha Casa Minha Vida** – visa reduzir o déficit habitacional no País com construção e financiamento de moradias e reurbanização de assentamentos precários, oferecendo mais e melhores moradias principalmente a famílias de baixa renda do País.
- **Transportes** – investimentos em portos, aeroportos, hidrovias, rodovias e ferrovias para diversificar e ampliar a matriz de transporte existente e reduzir os custos logísticos.

Previsão preliminar de investimento

R\$ bilhões			
Eixos	2011-2014	Pós 2014	Total
Cidade Melhor	57,1	-	57,1
Comunidade Cidadã	23,0	-	23,0
Minha Casa, Minha Vida	278,2	-	278,2
Água e Luz para Todos	30,6	-	30,6
Transportes	104,5	4,5	109
Energia	461,6	626,9	1.088,5
TOTAL	955,0	631,4	1.586,4

Fonte: Ministério do Planejamento
Valores do lançamento do PAC em março de 2010.

O PAC 2 EM AÇÃO EM 2011

No primeiro semestre de 2011, a execução do PAC alcançou R\$ 86,4 bilhões abrangendo Orçamento Geral da União (OGU) Fiscal e Seguridade, estatais e setor privado. Considerados apenas os recursos do OGU Fiscal e Seguridade, a execução orçamentária correspondeu a R\$ 10,3 bilhões, semelhante ao desempenho de 2010 no mesmo período (R\$ 10,5 bilhões), melhor ano do PAC.

Também por eixos estratégicos observa-se o bom andamento do PAC neste período:

Água e luz para todos

Já foram contratadas e estão em execução R\$ 9,5 bilhões de obras em **Água em Áreas Urbanas**. Foram selecionados também R\$ 2,6 bilhões em projetos de 17 estados, que beneficiarão 47 municípios, que estão em fase de contratação.

Estão em andamento 59 obras de **Recursos Hídricos**, entre elas a Barragem Taquarembó (RS), a Barragem Figueiredo (CE) e o Sistema Alto Oeste (RN) com mais de 80% das obras realizadas. Em 2011, foram iniciadas obras nas barragens Arvorezinha

(RS) e Atalaia (PI), na Adutora do Algodão (BA) e no Sistema Coqueiro Seco (AL). As obras do Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional estão em ritmo avançado – 69% realizados no Eixo Leste e 44% realizados nos trechos I e II do Eixo Norte.

Cidade Melhor

Em **Saneamento**, já estão contratados e em execução R\$ 25,2 bilhões em obras. Deste total, R\$ 6 bilhões foram selecionados e estão em fase de contratação para projetos de 22 estados, que beneficiarão 230 municípios. Também está em andamento a seleção de projetos e obras de saneamento para municípios com menos de 50 mil habitantes.

Para **Prevenção em Áreas de Risco** estão contratados e em execução R\$ 5,2 bilhões em obras. Já foram selecionados R\$ 4 bilhões em obras de drenagem

em 64 municípios de cinco estados e R\$ 544 milhões para obras de contenção de encostas, que beneficiarão a população de 67 municípios, em quatro estados. Em **Mobilidade Urbana**, o processo de seleção de projetos em cidades com mais de 700 mil habitantes está em andamento, com previsão de conclusão no segundo semestre. Foram iniciadas as obras de construção da primeira linha do Aeromóvel no Brasil, que ligará o aeroporto ao sistema de trens metropolitanos de Porto Alegre, cuja obra de expansão está em fase final. Estão em fase de conclusão as obras da Linha Sul do metrô de Fortaleza (CE) e do metrô de Recife (PE), que também receberá 15 novos trens elétricos, já em fabricação.

Em **Pavimentação**, dos R\$ 6 bilhões previstos, R\$ 2,4 bilhões, ou 40% do total, já foram selecio-

nados nesse ano, beneficiando 329 municípios em 24 estados do Brasil.

Comunidade Cidadã

Neste eixo, foram selecionados, até julho, os seguintes projetos:

- Em Saúde, R\$ 440 milhões para a construção de 119 **Unidades de Pronto Atendimento** – UPAs, em 96 municípios, de todos os estados brasileiros.
- 1.484 **Creches e Pré-escolas** para crianças de até cinco anos, beneficiando 1.040 municípios de 26 estados, o que representa investimentos de mais de R\$ 2 bilhões.
- 750 projetos para construção de **Quadras Esportivas** cobertas em 468 municípios de 24 es-

tados, com investimentos de R\$ 359 milhões.

- 401 **Praças dos Esportes e da Cultura**, que preveem es-

paços integrados de esporte, cultura e inclusão digital e lazer, distribuídas em 362 municípios.

Esses investimentos somam R\$ 901 milhões, ou 56,3% do valor total previsto.

Energia

Na **Geração de Energia Elétrica**, estão em execução obras de usinas hidrelétricas de grande porte como Santo Antônio, Jirau e Belo Monte. Outros 76 projetos em andamento, acrescentarão 26.252 MW ao parque gerador.

No primeiro semestre de 2011 entraram em operação comercial mais 2.000 MW de energia para o País. Apenas a hidrelétrica de Estreito (1.087 MW) gera sozinha energia suficiente para abastecer uma cidade com cerca de 3,5 milhões de habitantes.

R\$ 57,1 bilhões serão aplicados em infraestrutura urbana até 2014

Em **Petróleo e Gás Natural**, estão em curso pesquisas exploratórias, perfuração de poços, construção de plataformas de petróleo e ainda o desenvolvimento da produção, incluindo o alto potencial da camada Pré-sal. Em **Refino e Petroquímica**, destacam-se as obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), Refinaria Abreu e Lima e Refinaria Premium I e II.

Na **Revitalização da Indústria Naval** foram contratados 56 empreendimentos e concluídas 14 novas embarcações. O Fundo de Marinha Mercante priorizou recursos para a construção

de 11 estaleiros, 26 embarcações de apoio à navegação, 46 de apoio à plataforma e 193 de carga.

Minha Casa, Minha Vida

Estão contratados R\$ 19,1 bilhões em obras de **Urbanização de Assentamentos Precários**, das quais 83% estão em andamento. Houve ainda seleção de R\$ 9,4 bilhões em projetos de 383 municípios e 14 estados. Até junho deste ano, já foram firmados mais de 227 mil contratos para o financiamento da casa própria pelo **Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE)**.

Transportes

Foram iniciados 431 km de novos trechos de **rodovias** e outros 6,5 mil km estão em andamento. Foram contratados mais de 7,5 mil km em obras de sinalização, 8 mil km de rodovias já possuem projetos e estudos prontos para restauração e manutenção e outros 22 mil km estão em fase de elaboração.

Em **ferrovias**, estão em andamento cerca de 3,5 mil km de obras como a Norte-Sul e a Nova Transnordestina. Estão em andamento 17 empreendimentos em 11 **aeroportos** do País.

Há 15 obras em andamento

em **portos**. Em 2011, já foram concluídas a ampliação dos molhes no Rio Grande (RS) e a dragagem de aprofundamento do canal interno em Suape (PE).

Estão em execução intervenções de manutenção e melhoria da navegabilidade em oito **corredores hidroviários** e mais de 65 terminais hidroviários e de carga receberão recursos para projetos, obras e estudos.

No interior do Brasil, 1.299 municípios, em 26 estados, já foram selecionados para a **aquisição de equipamentos** como motoniveladoras e retroescavadeiras, para melhorar e recuperar as estradas vicinais.

Com o reaquecimento da indústria naval, aumentou em quase trinta vezes o número de trabalhadores empregados diretamente no setor, que saltou de 1.900, em 2000, para mais de 56.000, em 2010

Luz para Todos

Para garantir a universalização do acesso à energia elétrica, em especial na faixa da população extremamente pobre do meio rural, o prazo de execução do Luz para Todos foi ampliado para 2014 (Decreto 7.520/11). Foi estipulada uma nova meta para o programa – realizar 813 mil ligações nos próximos quatro anos. Deste total, cerca de 31% ou 257 mil ligações atenderão ao programa Brasil Sem Miséria, beneficiando pessoas em situação de extrema pobreza. O programa já fez 132 mil ligações em 2011.

Fórum de Desenvolvimento Econômico

Coordenação de ações para o desenvolvimento

Garantir as condições para o desenvolvimento sustentável, com geração de emprego, agregação de valor à produção nacional e elevação da competitividade

O Fórum de Desenvolvimento Econômico organizará suas ações em torno de cinco eixos: garantir políticas monetária e fiscal compatíveis com crescimento com estabilidade; manter as contas externas equilibradas, para evitar a geração de vulnerabilidades; fortalecer a indústria e a infraestrutura brasileiras; capacitar e qualificar a mão de obra e estimular a inovação, para agregar valor à produção nacional; e aprimorar o sistema de crédito.

Composição

Coordenado pelo Ministério da Fazenda, o Fórum é também formado pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT), do Trabalho e Emprego (MTE), do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Educação (MEC), da Previdência Social (MPS), da Pesca e Aquicultura (MPA), do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), do Turismo (MTur), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), além da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), do Banco Central (BACEN), do Banco do Brasil (BB), da Caixa Econômica Federal (Caixa) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Política de valorização do salário mínimo

Em fevereiro, os critérios que orientaram os reajustes do salário mínimo desde 2007, e que resultavam de acordo com as centrais sindicais, foram fixados em lei e tornaram-se os parâmetros para

o período 2012-2015. A mesma lei estabeleceu o salário mínimo em R\$ 545 em 2011.

No próximo quadriênio, o salário mínimo terá:

- seu **poder aquisitivo preservado** com correção pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE, acumulada nos doze meses anteriores ao mês do reajuste;
- **aumento real** correspondente à taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), apurada pelo IBGE, de dois anos anteriores. No caso do salário mínimo a ser definido em 2012, será utilizada a variação do PIB de 2010 e assim sucessivamente.

Caso a variação do PIB seja zero ou negativa, não haverá perda para o salário mínimo, que, nesse caso, será corrigido pelo INPC. Este critério já foi aplicado na definição do valor do salário mínimo de 2011, que teve seu valor reajustado pelo INPC, não sofrendo nenhum efeito por conta da variação negativa do PIB de 2009 (-0,6%).

A existência de regras estáveis para a correção do salário mínimo garante mais previsibilidade para a economia, além de proporcionar a continuidade de uma das políticas mais importantes para a redução da desigualdade de renda no Brasil.

Produção de *tablets* no Brasil

Em maio foram criados estímulos à produção de computadores portáteis em forma de prancheta,

sem teclado, com tela sensível ao toque – os chamados *tablets* (Medida Provisória nº 534/2011).

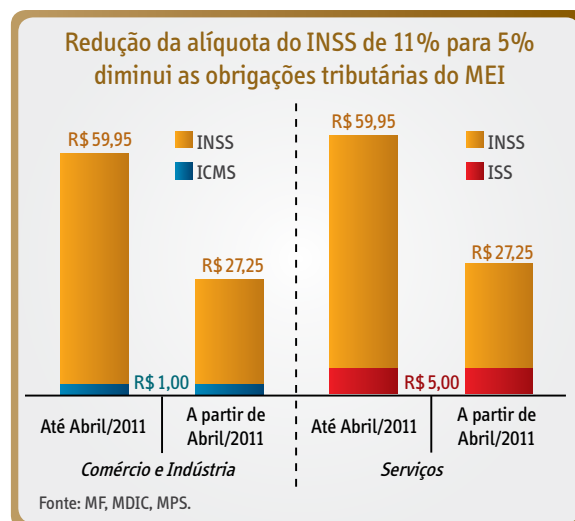
Todas as empresas que quiserem produzir *tablets* no Brasil não pagarão PIS/Pasep e Cofins sobre a receita bruta de venda a varejo desses equipamentos. Também será reduzido o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Para usufruir desses benefícios, as indústrias devem seguir um Processo Produtivo Básico (PPB), estabelecido pelo Poder Executivo, que define a quantidade de componentes, partes e peças nacionais que os fabricantes devem utilizar, dentre outras exigências.

Esta medida, além de atrair fabricantes desses produtos para o País, trará aumento de investimentos em inovação e da produtividade, e tornará o produto mais acessível à população.

MEI chega a 1,2 milhão de inscritos

Criado em 2009, para apoiar a formalização e a inclusão previdenciária, o Programa do Microempreendedor Individual (MEI) ultrapassou, em junho de 2011, a marca de 1,2 milhão de inscritos.

Com este programa, trabalhadores por conta própria ou autônomos do setor informal que tenham faturamento bruto anual de até R\$ 36 mil têm registro e procedimentos contábeis simplificados e recolhem menos impostos. O registro do empreendedor individual é feito gratuitamente, de forma rápida e simplificada pela internet, através do Portal do Empreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br).



Em abril, para ampliar o estímulo à formalização, as obrigações tributárias do empreendedor individual foram reduzidas ainda mais e a alíquota de contribuição para a Previdência Social passou de 11% para 5% sobre o salário mínimo.

Apoio ao investimento produtivo e tecnológico

A terceira fase do Programa de Sustentação do Investimento (PSI 3) destina R\$ 75 bilhões para financiar a produção e aquisição de bens de capital e à inovação tecnológica, em operações realizadas até dezembro de 2011. Deste total, R\$ 74 bilhões podem ser financiados pelo BNDES e R\$ 1 bilhão pela FINEP.

Criado em julho de 2009, como parte das medidas de enfrentamento aos efeitos da crise financeira internacional, o PSI já soma um total de recursos autorizados de R\$ 209 bilhões – R\$ 208 bilhões operados pelo BNDES e R\$ 1 bilhão pela FINEP.

Programa de Sustentação do Investimento – PSI

	PSI 1	PSI 2	PSI 3
Total disponível para financiamento	R\$ 44 bilhões	R\$ 90 bilhões	R\$ 75 bilhões
Taxas de juros ao tomador final	3,5% a 7% a.a.	3,5% a 8,0% a.a.	4,0% a 10% a.a.

Fonte: MF, MDIC.

Estímulo ao financiamento de longo prazo

A Lei nº 12.431, sancionada em junho, garante a implantação de um conjunto de medidas tributárias em diversas áreas, principalmente em mercado de capitais de longo prazo, educação e na expansão da banda larga. Resumidamente, as principais medidas são as seguintes:

1. Mercado de capitais de longo prazo

Instituição de tratamento tributário diferenciado com o objetivo de desenvolver o mercado privado de financiamento de longo prazo, fundamental ao crescimento sustentável do País. Além disso, altera a legislação do Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE) e cria o Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FIP-PD&I). Esse tratamento prevê redução do imposto de renda sobre rendimentos de títulos de renda fixa de longo prazo adquiridos por não residentes no Brasil e de debêntures de longo prazo, emitidas por sociedades de propósito específico, com o objetivo de financiar projetos de infraestrutura prioritários.

2. Educação

Foram ampliadas as oportunidades de acesso ao ensino superior. No caso do FIES, permite que o

estudante tenha acesso ao financiamento mesmo sem oferta de garantias, caso ele contrate fundos garantidores nos moldes da Lei 12.087/2009. No caso do ProUni, a isenção fiscal concedida às universidades passa a se dar na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas e a bolsa-permanência do programa passa a ser o valor praticado na política federal de bolsas de iniciação científica.

3. Plano Nacional de Banda Larga

A Lei nº 12.431/2011 desonera de PIS/PASEP e COFINS a receita bruta da venda a varejo de *modems*, permitindo a expansão do acesso à internet a um baixo custo, e isenta de IPI os bens de informática com tecnologia nacional, favorecendo o desenvolvimento e a produção desses bens.

4. Outras medidas

Foi prorrogado o prazo de entrada em funcionamento dos empreendimentos de geração de energia elétrica contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA e o prazo de vigência da isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM para os empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem no Nordeste e na Amazônia, até dezembro de 2015.

Fórum Direitos e Cidadania

Consolidar e ampliar direitos

“Para que a democracia seja exercida plenamente por todos, todos precisam ter oportunidades reais de crescimento pessoal, todos precisam ter assegurados – não apenas na letra da lei, mas no dia a dia – os seus direitos básicos de alimentação, moradia, emprego digno, educação de qualidade, acesso à saúde e cultura.”

Dilma Rousseff

(Mensagem ao Congresso, janeiro de 2011)

Instalado em 15 de março de 2011, o **Fórum Direitos e Cidadania** é a instância responsável, no âmbito do Governo Federal, por promover a articulação das ações voltadas para a garantia e expansão do exercício da cidadania e do desenvolvimento sustentável. Compete ao Fórum a pactuação de prioridades e o monitoramento dos planos de ação que têm por

objetivo a redução das desigualdades, o fortalecimento das capacidades e da autonomia das pessoas para a vida na sociedade e a conciliação de interesses de diversos setores para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável. Em encontros mensais, a interação entre diversos órgãos governamentais nesse espaço permite con-

Coordenação, membros e colaboradores do Fórum

O Fórum Direitos e Cidadania é coordenado pela Secretaria-Geral de forma compartilhada com as Secretarias de Direitos Humanos, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres, todas da Presidência da República, e pelos Ministérios da Cultura e do Esporte. O Fórum também é integrado pelos Ministérios da Justiça; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; da Educação; do Desenvolvimento Agrário; da Saúde; do Trabalho e Emprego; do Meio Ambiente; das Comunicações; e da Pesca e Aquicultura.

Colaboram, ainda, seis empresas públicas (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Petrobras, Eletrobras e Correios), além do Sistema “S”. O Fórum pode contar também com a participação de outros convidados governamentais e não governamentais, conforme a pauta da reunião.

centrar esforços em prioridades comuns, eliminar a duplicação de atividades e agilizar o alcance das metas estabelecidas. Semestralmente, os resultados são apresentados à Presidenta da República.

Ampliar o diálogo é meta do Governo

A ampliação do diálogo com a sociedade por meio da realização de conferências é uma das

prioridades do Fórum, assim como o incentivo à integração de atores sociais que até então não participavam desses espaços.

Entre 2011 e 2012, serão realizadas 17 conferências – das quais 10 já foram convocadas – com previsão de participação de aproximadamente 4 milhões de pessoas nas etapas municipais, estaduais, regionais e nacional.

Além das conferências, será dedicada atenção especial à coordenação entre os 32 Conselhos e 2 Comissões Nacionais que compõem a estrutura do Governo Federal.

As ações integradas entre as áreas de governo já demonstram resultados:

PRIMEIRAS AÇÕES

A atuação do Fórum é balizada por quatro diretrizes fundamentais

- Consolidar a cidadania para todos, priorizando ações que promovam a autonomia dos cidadãos e fortaleçam suas capacidades para o exercício pleno dos seus direitos.
- Promover a participação social, garantindo amplo debate com os diversos segmentos da sociedade.
- Elaborar uma agenda de ações transversais que aponte soluções para os problemas que impedem a consolidação da cidadania brasileira, com foco e escala.
- Garantir que a agenda esteja fundamentada em valores éticos e democráticos, na perspectiva da igualdade.

“Um governo tem que falar para o conjunto da sociedade. E falar para o conjunto da sociedade é necessariamente levar em conta toda a sua diferença, o que a sociedade tem de diferente, de específico, de instigante.”
Dilma Rousseff (Reunião de instalação do Fórum, março de 2011)

A Agenda Direitos e Cidadania

Para estruturar o trabalho de construção de uma agenda para o Fórum, foram definidos quatro eixos estratégicos de atuação:

- Participação social e democratização da gestão pública;
- Brasil de paz, sem violência;
- Igualdade, diversidade e garantia de direitos; e
- Desenvolvimento, sustentabilidade e cidadania.

O debate sobre valores de cidadania

Em julho de 2011, teve início o 1º Ciclo de Debates no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania, com o propósito de refletir sobre a recente mobilidade e ascensão das classes sociais brasileiras e seu impacto na sociedade e na economia. À luz de diferentes abordagens acadêmico-profissionais,

o objetivo é identificar dados que permitam o aprimoramento das políticas públicas.

Para acompanhar o Ciclo e obter outras informações, visite a página do Fórum: <http://www.secretariageral.gov.br/forum-direitos-e-cidadania>

Fórum Interconselhos do Plano Plurianual – PPA 2012/2015

Em maio de 2011, representantes dos Conselhos e Comissões Nacionais se reuniram com a Secretaria-Geral da Presidência da República e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para debater, no **Fórum Interconselhos do PPA**, a proposta para o PPA 2012-2015.

Participaram do encontro 222 representantes de órgãos colegiados federais e 65 de entidades da sociedade civil. Foram elaboradas cerca de 800 propostas e sugestões para o PPA 2012-2015, que será enviado ao Congresso Nacional em agosto

de 2011 e será monitorado com participação da sociedade civil.

Operação Defesa da Vida

As ocorrências de assassinatos de trabalhadores rurais no final de maio na Região Norte levaram o Governo Federal a deflagrar a operação “Defesa da Vida”, com a implementação de um grupo interministerial para o acompanhamento da questão. Em reunião entre a Presidenta da República e os governadores do Amazonas, Pará e Rondônia, no início de junho, foi deliberado o envio de força-tarefa àqueles estados a fim de evitar novas ocorrências, proteger as pessoas ameaçadas e garantir a investigação dos crimes ocorridos.

A operação conta com a participação do Exército, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Força Nacional de Segurança Pública e do IBA-MA, além de apoio do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. O Ministério da Justiça deslocou profissionais de segurança para uma permanência mínima de três meses nos estados em questão. A Secretaria de Direitos Humanos realizou um mutirão pelo Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, buscando identificar com maior precisão as pessoas ameaçadas.

E uma comissão de autoridades de diversos órgãos federais, lideradas pelo Ministro da Justiça e pela Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, visitou os estados prioritários e firmou compromissos de trabalho com autoridades locais, dentre os quais se destacam:

- Priorizar casos em que há testemunhas ameaçadas, agilizando o julgamento dos processos;

Proteção a pessoas ameaçadas

Para garantir a efetividade dos programas de proteção nos estados do Pará, Amazonas e Rondônia, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República elaborou estratégia para atendimento e triagem de pessoas ameaçadas. Passaram por avaliação individual 129 pessoas, das quais 61 atenderam aos requisitos para serem consideradas defensoras de direitos humanos ameaçadas. Todas as 61 pessoas foram incluídas formalmente no Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

- Implantar/fortalecer os programas de proteção de pessoas ameaçadas em cooperação com os estados;
- Implantar o Programa Nacional de Combate a Homicídios, do Ministério da Justiça, no Amazonas e em Rondônia;
- Elaborar mapeamento da pistolagem no Pará.

Desenvolvimento sustentável no Xingu

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tem importância não apenas por se tratar da terceira usina do mundo em capacidade de geração de energia, mas pelo desenvolvimento que levará à região onde está sendo instalada.

O investimento previsto para a obra (R\$ 25,8 bilhões) é equivalente a cerca de 80 vezes a receita orçamentária anual dos 11 municípios que serão direta ou indiretamente afetados pelo projeto. Apenas em ações de compensação e mitigação de impactos socioambientais serão gastos aproximadamente R\$ 3,2 bilhões.

Está sendo implantado na região o **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu**, com orçamento já previsto de R\$ 500 milhões, elaborado com a participação de organizações da sociedade civil a partir de contribuições recolhidas em três audiências públicas nos municípios de Altamira, Uruará e Senador José Porfírio, que contaram com a participação de cerca de duas mil pessoas.

Em junho, o Governo Federal anunciou outras três ações com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da região:

- **Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu:** já em funcionamento, tem como objetivo viabilizar a implementação e o monitoramento do Plano. Conta com a participação de representantes dos governos federal, estaduais e municipais, comunidades indígenas, movimentos sociais, organizações ambientais, entidades sindicais dos trabalhadores e patronais.
- **Casa do Governo Federal:** será um posto avançado do Governo Federal em Altamira, para a atuação na área de influência direta e indireta da UHE Belo Monte, que envolve 11 municípios. Tem as seguintes atribuições: representar o Governo Federal em articulações e reuniões na região sobre os temas do desenvolvimento econômico e social; articular as ações dos órgãos do Governo Federal que atuam na região com os governos estaduais e municipais, associações de classe, sociedade civil e outras representações, buscando qualificar o atendimento à população; e apoiar, quando necessário, as ações do Comitê Gestor do PDRS do Xingu.
- **Operação Cidadania Xingu:** Com início em agosto, o mutirão de cidadania propiciará me-

lhoria da qualidade de vida das populações dos onze municípios afetados, facilitando o acesso a serviços públicos.

A melhoria das condições de trabalho na construção civil é prioridade

Ao final de março, foi instituída a Mesa Nacional de Diálogo na Construção Civil, de composição tripartite – governo, trabalhadores e empresas – para debater as relações e condições de trabalho na construção civil, negociar solução para problemas comuns e estabelecer mecanismos de prevenção de conflitos entre patrões e empregados.

O escopo do trabalho envolve todo o segmento da construção civil, com ênfase nos grandes projetos desenvolvidos pelo Governo Federal, como as obras de infraestrutura do PAC, obras da Copa 2014, das Olimpíadas 2016 e do Programa Minha Casa Minha Vida.

A Mesa Nacional de Diálogo, que se reúne mensalmente, é coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

Um dos pontos urgentes colocados em discussão pela Mesa foi a necessidade de eliminar a intermediação inadequada na contratação de trabalhadores por meio dos chamados “gatos”. Foram examinados, ainda, problemas relacionados a alojamento, alimentação, pisos salariais, transporte, jornada de trabalho, dentre outros.

Em abril, a Mesa constituiu grupo de trabalho para elaborar uma proposta de Compromisso Nacional da Construção Civil, documento referencial para as relações e condições de trabalho desse segmento. O grupo vem realizando reuniões semanais com a meta de apresentar o documento final até setembro.

Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade

Mais qualidade na gestão pública

Composta por ministros e empresários, a Câmara auxiliará o Governo a imprimir mudanças na gestão pública

A Câmara foi criada em maio com o objetivo de apoiar o Governo na melhoria dos serviços públicos, racionalizando processos, aumentando a produtividade e a eficiência, otimizando sistemas e aumentando a transparência.

Outro objetivo é ajudar o Governo a criar instrumentos para tornar o Brasil mais competitivo no mercado mundial, por meio do estímulo às exportações e da redução da burocracia que as empresas enfrentam no comércio com outros países.

Funcionamento da Câmara

No âmbito do Conselho de Governo da Presidência, a Câmara é composta pelos ministros da Casa Civil, da Fazenda, do Planejamento e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e por quatro representantes da iniciativa privada – profissionais com reconhecida experiência e liderança nas áreas de gestão e competitividade: Jorge Gerdau, presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau; Abílio Diniz, presidente do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar; Antonio Maciel Neto, presidente da Suzano Papel e Celulose; e Henri Philippe Reichstul, sócio-diretor da SRL Empreendimentos.

É presidida pelo empresário Jorge Gerdau Johannpeter e, para seu funcionamento, recebe apoio técnico e logístico da Secretaria Executiva da Casa Civil. Seus membros não são remunerados, pois a participação é considerada como serviço público relevante.

A Câmara já definiu áreas prioritárias para inovar nas políticas públicas

Das atividades realizadas pela Câmara, destacam-se:

- Definição de seis áreas iniciais sobre as quais se concentrarão os esforços: Copa do Mundo 2014, Infraero, Ministérios da Saúde, Justiça, Previdência e Correios. Foram adotados vários critérios para estabelecer essas áreas, tais como o impacto concreto na vida do cidadão e a melhoria da qualidade do gasto.
- Articulação com o Comitê Executivo da Copa 2014 para apoiar e acompanhar os projetos e o andamento das ações para o mundial.
- Avaliação de medidas a serem tomadas no âmbito da Infraero e do Ministério da Saúde para melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.
- Formação de lideranças nos ministérios e levantamento de melhores práticas de órgãos federais que já são referência em gestão.
- Decisão pelo aprofundamento da análise do tema “competitividade brasileira” em conjunto com os gestores dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Câmara discutirá, ainda, o desenvolvimento de uma metodologia que amplie a capacidade do Governo de monitorar e avaliar programas e políticas. Os ministros poderão solicitar à Câmara de Gestão a avaliação de órgãos e programas específicos de seus respectivos ministérios.



Destiques

Mais serviços de saúde, com qualidade

Aprimorando o SUS

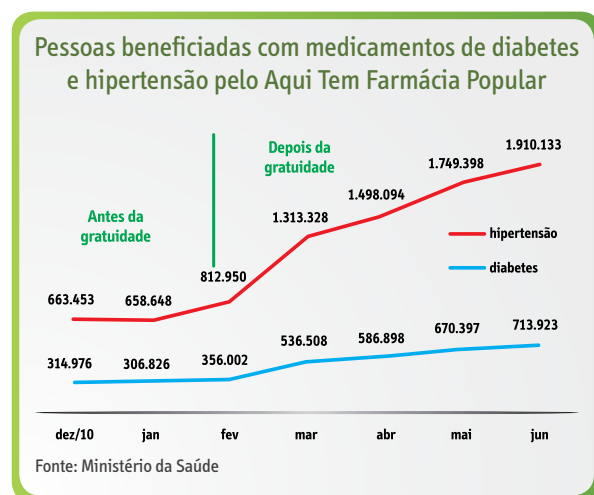
Novos programas e ações visam aprimorar a capacidade do Sistema Único de Saúde para prestar melhores serviços a mais brasileiros

SAÚDE NÃO TEM PREÇO

Lançado em 3 de fevereiro, o programa “Saúde Não Tem Preço” disponibiliza gratuitamente 11 medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes nas 16.162 farmácias e drogarias credenciadas ao programa Farmácia Popular do Brasil, em 2.698 municípios.

Em 2011, até o dia 30 de junho, 5,52 milhões de brasileiros foram atendidos pelo programa Farmácia Popular do Brasil. Desses, 4,25 milhões, ou seja, cerca de 90% do total dos beneficiados eram pacientes de hipertensão ou diabetes.

Em dezembro de 2010 foram atendidos 663.453 pacientes hipertensos e 314.976 diabéticos. A partir de fevereiro de 2011, com a gratuidade dos medicamentos, esses números cresceram, respectivamente, 187,9% e 126,7%, chegando a 1.910.133 hipertensos e 713.923 diabéticos atendidos em 30 de junho.



Como obter o medicamento de hipertensão ou diabetes

O paciente deve apresentar receita médica com validade de 120 dias, documento de identificação com foto e CPF em uma das farmácias credenciadas. O medicamento também pode ser retirado via procuração, caso o paciente não possa ir à farmácia.

Dúvidas podem ser esclarecidas por meio do Disque-Saúde (0800611997) ou pelo e-mail analise.fpopular@saude.gov.br

Os mecanismos de controle e transparência da rede foram fortalecidos

Para garantir o controle adequado do programa, foram adotadas várias medidas:

- uso de blindagem eletrônica das transações, que repele tentativas de violação à privacidade do cliente ou usuário dos serviços;
- implantação de um cupom vinculado, que contém informações detalhadas sobre o beneficiário, o estabelecimento e o médico que prescreveu o medicamento;
- cadastro de vendedores, com controle do acesso dos atendentes das empresas credenciadas;
- cruzamento com o Sistema de Óbito do Ministério da Previdência, excluindo indivíduos registrados como falecidos;
- ampliação da fiscalização e auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS.

Em 2011, foram realizados 96 descredenciamentos e emitidas 248 multas por irregularidades. Desde

o início do programa Aqui Tem Farmácia Popular, em 2006, 356 farmácias já foram descredenciadas.

Programa Farmácia Popular do Brasil

Criado em 2004, objetiva oferecer à população, por meio de farmácias próprias, mais acesso a medicamentos (vendidos a preço de custo), além dos já oferecidos gratuitamente nas unidades públicas de saúde. Em 2006, a estratégia foi estendida à rede privada, recebendo a denominação **Aqui Tem Farmácia Popular**, que oferece 14 tipos de medicamentos com até 90% de desconto em farmácias credenciadas para tratamento de asma, rinite, mal de Parkinson, osteoporose, glaucoma, dislipidemia, além de fraldas geriátricas e anticoncepcionais.

PLANO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO CÂNCER DO COLO DE ÚTERO E DE MAMA

O plano foi lançado em 22 de março para garantir acesso ao exame preventivo com qualidade a todas as mulheres nas faixas etárias de risco; garantir acesso à mamografia de rastreamento com qualidade a todas as mulheres da faixa etária de 50 a 69 anos; qualificar a rede de diagnóstico e tratamento dos casos detectados, reduzindo o intervalo entre diagnóstico e início do tratamento e aumentando sua efetividade; difundir informações sobre prevenção do câncer do colo de útero e de mama; e fortalecer o controle social das ações.

Serão 12 milhões de brasileiras beneficiadas por ano pelas ações de combate ao câncer de colo de útero e outras 3,8 milhões pelas ações de combate ao câncer de mama.

O investimento será de R\$ 5,26 bilhões no período 2011- 2014 para ações de fortalecimento da rede de oncologia, com R\$ 576 milhões para infraestrutura, e custeio anual do tratamento dos

cânceres de mama (R\$ 3,84 bilhões) e de colo de útero (R\$ 843 milhões).

Organização das redes de atenção à saúde e qualificação do atendimento

Em 4 de julho, foram lançadas as diretrizes para rastreamento do câncer do colo de útero. Uma novidade é a ampliação da faixa etária para o exame preventivo, que antes era dos 25 aos 59 anos e agora foi elevada até os 64 anos.

A qualificação dos profissionais começará pela região Norte, onde a incidência estimada de câncer de colo de útero é de quase 40 casos por 100 mil mulheres, mais do que o dobro da média nacional. Foram realizadas oficinas no Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Tocantins, Rondônia e Acre. Neste último estado, foi implantado um centro qualificador de ginecologistas.

Para reduzir o déficit de radioterapia e braquiterapia (radioterapia interna), serão criados 32 serviços, incluindo qualificação e custeio de 8 hospitais por ano para a habilitação em oncologia com radioterapia. Cada hospital deve ser estruturado para cobertura mínima de mil novos casos de câncer por ano.

Além disso, serão substituídos ou atualizados 48 equipamentos de radioterapia – 12 por ano – para garantir o acesso aos suportes mais avançados. Já foram contemplados 3 serviços no Pará e 2 na Bahia, em Minas Gerais, em Pernambuco e no Rio de Janeiro. O Rio Grande do Sul está em fase de requalificação/implantação dos equipamentos.

Ampliação do acesso ao diagnóstico precoce e aumento da oferta de serviços para tratamento do câncer de mama

Serão ampliados e adequados 50 centros de referência para confirmação do diagnóstico no período de 2011 a 2014.

No acompanhamento das ações, a prefeitura deverá incluir no Sistema de Informação do Câncer de Mama informações sobre o tempo em que foi feito o exame, tempo do diagnóstico, da confirmação do diagnóstico e de quando começou o tratamento, sob pena de não receber recursos federais para mamografias.

REDE CEGONHA

R\$ 9,4 bilhões para assistência segura e humanizada à mãe e ao bebê

Lançada em 14 de março, a Rede Cegonha garante a 62 milhões de brasileiras em idade fértil, no âmbito do SUS, teste rápido de gravidez nos postos de saúde e, em caso de resultado positivo, linha de cuidado completa à gestante, incluindo:

- Mínimo de seis consultas durante o pré-natal, inclusive de alto risco se houver necessidade;
- Exames clínicos e laboratoriais;
- Profissionais de saúde qualificados;
- Atenção integral à saúde da criança até 24 meses;
- Serviço do Samu-Cegonha;
- “Vaga Sempre” garantindo a atenção ao parto na maternidade, com maternidade pré-definida e UTI, se necessária;
- Vale-transporte e vale-táxi para o pré-natal e o parto, respectivamente;
- Teste rápido para detecção da gravidez, AIDS e sífilis.

Mamógrafos do SUS – serão instalados novos mamógrafos, equipadas unidades móveis com aparelho e firmado acordo com fornecedores para assistência técnica

Para garantir a qualidade das mamografias, foi realizada auditoria para avaliar os mamógrafos e o processo que dá qualidade aos resultados dos exames. A conclusão foi de que o número de mamógrafos no SUS é suficiente, mas está mal distribuído; os aparelhos têm baixa produtividade por problemas como ausência de manutenção (22,7%), deficiência de recursos humanos (18,8%) e falta de insumos (14,7%).

Diante de tais resultados, o Governo Federal, em coordenação com estados e municípios, vai instalar mamógrafos em regiões que não tenham o equipamento, equipar unidades móveis com o aparelho e fazer acordo com os fornecedores para que prestem assistência técnica aos mamógrafos instalados. Além dessas medidas, está prevista a capacitação de 25 mil técnicos em radiologia até 2015. O objetivo é dobrar o número de exames por ano – de 3 para 6 milhões.

O Brasil tem hoje cerca de três milhões de gestantes, sendo mais de dois milhões assistidas exclusivamente pelo SUS. A Amazônia Legal e o Nordeste – que têm os mais altos índices nacionais de mortalidade materna e infantil – e as regiões metropolitanas, envolvendo a maior concentração de gestantes, serão priorizadas.

Até 30 de junho, 860 municípios e 13 estados pré-aderiram à Rede Cegonha. A adesão final acontecerá nos Colegiados Gestores Regionais e na Comissão Intergestora Bipartite dos respectivos estados.

No estado do Amazonas foram regulados 100% dos leitos obstétricos, elaborados os protocolos de acesso e priorizada a implantação do acolhimento com classificação de risco em todas as maternidades.

A vinculação da gestante, com visita antecipada no pré-natal às maternidades, está garantida em Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e Salvador (BA).

CAMPANHA DE VACINAÇÃO

Vacina contra gripe tem público-alvo ampliado

Em 2011, além dos grupos prioritários (idosos, imunocomprometidos, indígenas, trabalhadores da saúde), a Campanha de Vacinação Nacional contra a Gripe, realizada de 25 de abril a 13 maio, foi ampliada e passou a atender também gestantes (em qualquer fase da gravidez) e crianças de 6 meses a menores de 2 anos. A vacina aplicada protege contra os três principais vírus que circulam no hemisfério sul, entre eles o da influenza A (H1N1).

O Governo Federal distribuiu cerca de 32,7 milhões de doses da vacina, de produção nacional.

A campanha mobilizou 241 mil pessoas, 65 mil postos de vacinação e 27 mil veículos (terrestres, marítimos e fluviais) para atender a população alvo, que é de aproximadamente 29,8 milhões de pessoas. A cobertura da campanha atingiu 83,61%, superando a meta proposta de 80%.

REGULAMENTAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO SUS

Metas, transparência e melhores resultados na gestão

O Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, regulamenta a Lei Orgânica da Saúde 8.080/90 e prevê um contrato entre o Governo Federal, estados e municípios criando as regiões de saúde, definindo os serviços que serão oferecidos, as metas de atendimento e os recursos necessários para cada região de saúde. Define também a responsabilidade de cada ente federado e quanto cada estado e município deverão alocar de recursos do seu orçamento para a área da saúde.

Por meio de um sistema aberto na internet, os estados e municípios publicarão seus relatórios de gestão para divulgação dos resultados e acompanhamento do cumprimento das metas pela população. O Governo Federal vai incentivar quem cumprir as metas. As regiões de saúde serão referência para a transferência dos recursos entre os entes federativos.

Mais oportunidades para formação de jovens e de trabalhadores

PRONATEC leva educação profissional a quem precisa

Combinando vários instrumentos, o PRONATEC fará, pelo ensino técnico e profissional, uma mudança semelhante à que o ProUni vem fazendo pela educação superior

Lançado em 28 de abril de 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (**PRONATEC**) vai mudar a escala e a qualidade da formação profissional ao expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de ensino técnico no Brasil.

Até 2014, serão 8 milhões de matrículas para formação e qualificação técnica e profissional de estudantes de ensino médio e trabalhadores.

O Programa combina vários eixos de atuação:

- **Bolsa-Formação:** apoio ao estudante e ao trabalhador no acesso ao ensino técnico e à qualificação profissional;
- **FIES Técnico e FIES-Empresa:** financiamento para educação profissional e tecnológica;
- **Brasil Profissionalizado:** fomento à criação de mais vagas e à expansão das redes estaduais;
- **e-Tec Brasil:** fomento à expansão do ensino técnico e profissional na modalidade a distância;
- **Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica:** mais vagas e ampliação da rede;
- **Sistema “S”:** ampliação das vagas gratuitas.

Bolsa-Formação: incentivo para jovens estudantes e trabalhadores

A Bolsa-Formação possui duas modalidades:

- **Bolsa-Formação Estudante:** acesso a vagas em cursos técnicos concomitantes ao ensino médio público para alunos da rede pública.

Ofertará vagas em cursos de pelo menos 800 horas-aula de duração.

- **Bolsa-Formação Trabalhador:** acesso a vagas em cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional para beneficiários do seguro-desemprego e dos programas de inclusão produtiva do Governo Federal, em especial do Plano Brasil Sem Miséria. Serão oferecidos cursos de curta duração – com mínimo de 160 horas-aula e média de 200 horas-aula.

As instituições que oferecerão as vagas receberão do Governo Federal o equivalente ao custo total do curso por estudante, incluídas as mensalidades e demais encargos educacionais, bem como eventual custeio de transporte e alimentação do aluno. Será vedada cobrança direta aos estudantes de taxas de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro valor pela prestação do serviço.

Financiamento: FIES chega ao ensino técnico

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) será estendido aos cursos de ensino técnico e profissionalizante do Sistema “S” ou de escolas privadas.

Serão criadas duas modalidades de crédito no âmbito do FIES:

- **FIES Técnico:** atenderá estudantes egressos do ensino médio que desejem complementar sua formação.

- **FIES-Empresa:** financiamento para empresas que tenham interesse em custear a formação profissional de trabalhadores em cursos técnicos de nível médio e de qualificação profissional.

Números do FIES do ensino superior

No período de 2003 e 2010, foram firmados 416 mil contratos, que somam R\$ 4,6 bilhões. Em 2011, outros 63 mil financiamentos foram contratados, em um total de R\$ 273 milhões.

Brasil Profissionalizado: mais vagas e mais escolas nas redes estaduais

A ampliação da oferta de ensino profissional pelos sistemas estaduais será apoiada por meio do Programa Brasil Profissionalizado.

A partir de construções, reformas e ampliações da capacidade já instalada, prevê-se aumentar a capacidade de vagas ofertadas de 33 mil em 2011 para 233 mil vagas em 2014, beneficiando tanto estudantes de ensino médio quanto egressos dos ensinos fundamental e médio.

e-Tec Brasil: mais vagas de educação profissional no Ensino a Distância

A oferta de vagas em cursos técnicos na modalidade a distância será ampliada por meio do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec), que articula instituições públicas federais, estaduais e municipais interessadas em ofertar cursos a distância com governos que queiram

montar polos regionais em escolas de ensino fundamental e médio para sediar cursos de educação técnica e profissional.

Os polos continuarão vinculados às unidades de ensino e terão sua capacidade de atendimento ampliada. Serão adquiridos também laboratórios móveis.

Para essa modalidade, a expectativa do Programa é ampliar o total de vagas ofertadas das atuais 16,6 mil para 143,3 mil em 2014.

Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: ampliação em áreas prioritárias

A ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) terá como prioridade os Territórios da Cidadania, escolas em áreas de fronteira, cidades-polo ou localidades com mais de 50 mil habitantes.

Serão 201 novas escolas no período 2011-2014 – 81 já estão em construção; as outras 120 serão construídas até 2014. Quando concluídas e em pleno funcionamento, essas novas escolas proporcionarão 241 mil matrículas.

Evolução do número de escolas técnicas

Número de escolas técnicas criadas

Até 2002	140
2003-2010	214
2011-2014	201

Fonte: Ministério da Educação

Sistema S: parceria ampliada

Em 2008, o Ministério da Educação assinou Protocolos de Compromisso com a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O acordo prevê a destinação progressiva de recursos recebidos pelas duas entidades para matrículas gratuitas em cursos técnicos ou de qualificação profissional no âmbito do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

O compromisso garantirá, até 2014, que SENAC e SENAI destinem 66,67% (2/3) da contribuição compulsória para garantir mais acesso gratuito

a seus cursos. Ainda em 2011, esse percentual já deve superar 56%, no caso do SENAI, e 35% no caso do SENAC.

Além disso, também foi firmado acordo que prevê a destinação gradativa, pelos Serviços Sociais da Indústria e do Comércio (SESI e SESC, respectivamente), de recursos para atividades educacionais e matrículas gratuitas, atingindo 33,3% (1/3) da contribuição compulsória em 2014.

Adicionalmente, para ampliar a capacidade de oferta de vagas do Sistema S, será aberta uma linha especial de crédito pelo BNDES – o BNDES-Qualificação. Os recursos poderão ser utilizados para construção de novas escolas e ampliação das já existentes.

Caminho da Escola: educação agora dá pedal

Em 26 de maio de 2011, foi iniciado o projeto piloto **Bicicletas Escolares**, desenvolvido no âmbito do Programa Caminho da Escola, do Ministério da Educação.

O projeto prevê o uso de bicicletas doadas aos municípios como alternativa acessível a jovens que percorrem a pé pequenas e médias distâncias para chegar às escolas ou aos pontos de embarque do transporte escolar (ônibus e barcos).

Para receber o benefício, os alunos deverão ter autorização dos pais ou responsáveis, boa frequência e bom rendimento escolar e conservar bem os equipamentos.

Estão em processo de doação 29,5 mil bicicletas e capacetes para alunos de 81 municípios, com investimento de R\$ 8,9 milhões. A meta para 2011 é distribuir 100 mil bicicletas, junto com equipamento de segurança, para alunos de 300 municípios. O investimento será de R\$ 30 milhões.

O Programa Caminho da Escola, criado em 2007, tem como objetivo renovar e padronizar a frota de veículos e embarcações de transporte escolar. Desde a sua criação até 2011, atendeu 3.850 municípios com 12.311 ônibus e 230 lanchas escolares.

ProUni

	Bolsas ocupadas por ano	Número de estudantes beneficiados
2005	95.608	95.608
2006	109.018	204.626
2007	105.570	310.196
2008	124.609	434.803
2009	161.356	596.157
2010	152.706	748.854
Jan/Jul -2011	156.367	905.235

Fonte: Ministério da Educação

75 mil bolsas de estudo no exterior

Lançado em 26 de julho, o Ciência Sem Fronteiras visa oferecer oportunidades para que jovens brasileiros adquiram conhecimento e experiência no exterior, preparando-os para gerar conhecimento, tecnologia e inovação no Brasil. O programa articula duas agendas fundamentais para o desenvolvimento do País – a agenda de educação e a da inovação.

Até 2014, serão concedidas pelo Governo Federal, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 75 mil bolsas de graduação e pós-graduação no exterior. O mérito orientará todo o processo seletivo. Os estudantes elegíveis deverão ter nota acima de 600 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); poderão ser contemplados também estudantes premiados em olimpíadas do conhecimento. As universidades de destino estão entre as 50 mais bem classificadas nos *rankings* da Times Higher Education e QS World University Rankings.

As bolsas serão concedidas para áreas do conhecimento estratégicas para o País: engenharias, ciências básicas e tecnológicas. Este direcionamento visa diminuir a deficiência de formação nessas áreas e garantir a formação de um contingente de pesquisadores de excelência que garantam ao Brasil avançar em direção à inovação, à competitividade e à liderança empresarial em setores estratégicos.

Serão investidos R\$ 3,16 bilhões no Programa até 2014. O Governo Federal buscará parcerias com o setor privado para elevar o número de bolsas para 100 mil até 2014.

Mais informações em: www.cienciasemfronteiras.cnpq.br

Minha Casa, Minha Vida 2

Mais 2 milhões de moradias

Mais unidades habitacionais, prioridade às famílias de baixa renda e moradias ainda melhores na segunda fase do Programa

Até 2014, mais dois milhões de famílias brasileiras terão a oportunidade de adquirir a casa própria e morar com qualidade.

Com investimento de R\$ 125,7 bilhões, o MCMV 2 facilitará a aquisição de unidades habitacionais em todo o País. Do investimento total, R\$ 72,6 bilhões serão destinados para subsídios e os demais R\$ 53,1 bilhões terão como finalidade o financiamento (empréstimo). O montante de subsídio varia conforme a renda da família e a região em que se localiza o imóvel.

As famílias de baixa renda serão as mais beneficiadas – 60% dos imóveis financiados deverão ser destinados às que tenham rendimentos de até R\$ 1.600 mensais. Estas famílias pagarão, durante dez anos (120 meses), prestações mensais correspondentes a 10% da renda ou no mínimo R\$ 50.

As faixas de renda para obtenção do financiamento foram atualizadas.

Faixas de renda mensal para famílias urbanas

Faixas de renda	MCMV 1 (R\$)	MCMV 2 (R\$)
Faixas 1	Até 1.395	Até 1.600
Faixas 2	De 1.395 a 2.790	De 1.600 a 3.100
Faixas 3	De 2.790 a 4.650	De 3.100 a 5.000

Fonte: Ministério das Cidades

Faixas de renda anual para famílias rurais

Faixas de renda	MCMV 1 (R\$)	MCMV 2 (R\$)
Faixas 1	Até 10.000	Até 15.000
Faixas 2	De 10.000 a 22.000	De 15.000 a 30.000
Faixas 3	De 22.000 a 55.000	De 30.000 a 60.000

Fonte: Ministério das Cidades



As regras gerais foram aperfeiçoadas

- Prioridade de atendimento: famílias residentes em áreas de risco, insalubres ou que tenham sido desabrigadas; famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e famílias de que façam parte pessoas com deficiência.
- Mulheres chefes de família com renda mensal até R\$ 1.600 poderão firmar contratos independentemente da anuência dos cônjuges, exceto nos contratos do FGTS.

- Disponibilidade de unidades adaptáveis ao uso por idosos e pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida, de acordo com a demanda, e garantia de pelo menos 3% das unidades adaptadas ao uso por pessoas com deficiência, quando o município ou o estado não dispuser de legislação específica.
 - Os custos cartoriais terão redução de até 75%.
 - Na área rural haverá facilidade para comprovação de ocupação regular de terrenos localizados em áreas públicas ou com direito sucessório, bastando a apresentação de autodeclaração atestada pela entidade organizadora e pelo poder público.
 - O programa poderá atuar em áreas em processo de desapropriação, desde que haja imissão na posse, e em operações de urbanização de assentamentos precários.
 - As prefeituras receberão recursos para o desenvolvimento de trabalho técnico e social com as famílias de baixa renda beneficiadas, visando garantir a capacidade de pagamento pós-ocupação das unidades habitacionais.
- Famílias da área rural
poderão utilizar os recursos
para reforma de moradias**
- As subvenções econômicas serão concedidas uma única vez por imóvel e por beneficiário.
 - As famílias com renda mensal de até R\$ 1.600 terão subvenção econômica nas prestações, ao longo de 120 meses. A quitação antecipada do financiamento implicará o pagamento do valor total da dívida contratual do imóvel.
 - O Banco do Brasil, a partir de 2012, atuará também nas operações para as famílias da primeira faixa de renda.
 - A Caixa criou uma nova superintendência, que se dedicará exclusivamente aos investimentos do MCMV no meio rural.

As unidades habitacionais serão melhores e mais modernas

- Área do imóvel foi ampliada: no meio urbano, casas deverão ter pelo menos 36 m² de área útil e os apartamentos 39 m² de área útil. No meio rural, os imóveis terão pelo menos 37 m² de área construída.
- Aplicação de piso cerâmico em todos os ambientes.
- Azulejo em todas as paredes de cozinha e banheiro até a altura de 1,50 m.
- Portas com 0,8 m de largura para facilitar a acessibilidade.
- Janelas maiores para melhoria das condições de iluminação e ventilação.
- Instalação de aquecedores solares nas casas para diminuir gastos com energia elétrica.

Gestão e controle serão mais eficientes

- Será instituído o cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas para controle no processo de concessão de subvenções.

Resultados do Programa Minha Casa, Minha Vida 1, lançado em março de 2009

Até 31/12/2010, foi contratada a construção de 1.005.128 moradias, no valor total de R\$ 53,027 bilhões, superando a meta de 1 milhão de casas. Até julho de 2011, foram entregues 271 mil moradias.

Apoio à produção agrícola

Plano Agrícola e Pecuário e Plano Safra da Agricultura Familiar

Crédito a juros menores, apoio à comercialização, garantia de preços e sustentabilidade marcam as ações voltadas para a agricultura empresarial e familiar

As ações para apoiar a produção agrícola brasileira, na safra 2011/2012, foram anunciadas em junho e julho, com o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário, destinado à agricultura empresarial, e do Plano Safra da Agricultura Familiar.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO

Foram disponibilizados R\$ 107,2 bilhões para custeio, comercialização e investimento rural. Esse total representa um aumento de 7,2% em relação à safra anterior, para a qual haviam sido disponibilizados R\$ 100 bilhões. Além de recursos, foram destinados mais R\$ 5 bilhões para subvenção ao prêmio do seguro rural e garantia de preços aos produtores rurais.

Principais medidas

Ampliação dos limites de crédito: o limite de crédito de custeio, com taxas de juros de 6,75% ao ano, foi fixado em R\$ 650 mil por produtor a cada safra, um aumento de até 225% para várias culturas, em especial para produtos destinados ao mercado interno, tais como batata, leite, tomate, arroz e feijão.

Diminuição da burocracia: simplificação das normas de crédito rural com a introdução de limite único por produtor, no lugar de linhas de crédito por cultura; permissão para renovação anual simplificada do crédito, o que garantirá maior

agilidade na sua concessão; unificação de linhas de crédito de investimento, desburocratizando a vida do produtor.

Fortalecimento do Programa de Agricultura de Baixo Carbono: destinados R\$ 3,15 bilhões em crédito, à taxa de juros de 5,5% ao ano (negativa em termos reais), aos produtores que adotem regras de convivência ou recuperação ambiental. A ação visa atender a um dos compromissos voluntários assumidos pelo Brasil na 15ª Conferência da ONU sobre Clima (COP-15), realizada em Copenhague.

Mais apoio ao médio produtor rural: o Programa Nacional de Fortalecimento do Médio Produtor Rural (Pronamp) foi ajustado, com a ampliação dos recursos disponíveis (de R\$ 5,6 bilhões para R\$ 8,5 bilhões), dos limites de crédito para custeio e investimento e do limite da renda bruta anual do produtor para enquadramento no programa – passando de R\$ 500 mil para R\$ 700 mil/ano, o que permitirá a inclusão de mais produtores rurais nesta categoria.

Criação de três novas linhas de crédito específicas: beneficiarão os produtores que planejam implantar ou renovar canaviais, com até R\$ 1 milhão por produtor/ano; os produtores que pretendem adquirir matrizes ou reprodutores de bovinos e bubalinos; e as agroindústrias que desejem estocar suco de laranja, desde que garantam um preço mínimo ao produtor rural.

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Foram disponibilizados R\$ 16 bilhões para custeio e investimento rural no âmbito do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar. O plano promove o apoio à comercialização, garantia de preços, crédito em melhores condições, ampliação da assistência técnica e garantia de mais segurança ao agricultor familiar em caso de perdas por problemas climáticos.

Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar

A criação da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF) é um dos destaques do Plano Safra da Agricultura Familiar 2011/2012.

A política contribuirá para a garantia da renda do agricultor. Caso o valor de mercado de seus produtos caia abaixo do prefixado, o Governo Federal fará a aquisição dos excedentes de produção por este preço, corrigindo as distorções de preços ao produtor e garantindo uma remuneração mínima para sua colheita.

Em 2011 serão R\$ 300 milhões exclusivamente para esta política, conforme projeto de lei já encaminhado ao Congresso Nacional.

Garantia de mercado para os produtos da agricultura familiar

O **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** terá orçamento de R\$ 793 milhões em 2011, beneficiando mais agricultores familiares. E como no mínimo 30% dos recursos da merenda escolar devem ser destinados à compra direta da agricultura familiar, haverá um volume de recursos de R\$ 959 milhões que também beneficiarão os agricultores familiares em 2011.

Ampliação da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)

Serão promovidas mais parcerias com instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias de gestão e produção.

O **acompanhamento técnico** será garantido desde a preparação da safra até a comercialização, com

atendimento diferenciado aos grupos em situação de maior vulnerabilidade, dentre os quais famílias que vivem abaixo da linha de pobreza.

Mais segurança

Os instrumentos para mitigar os riscos e os prejuízos decorrentes de condições climáticas também foram aprimorados:

Ampliação do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF): passa a cobrir até R\$ 4 mil de renda, mais 100% do valor financiado pelo Pronaf Custeio. Para as operações de investimento, a adesão é facultativa.

Aumento no número de cotas disponíveis para adesão ao Garantia-Safra: de 740 mil para 940 mil, com aumento do valor de cobertura para R\$ 680. Mais proteção aos produtores de milho, arroz, feijão, mandioca e algodão do Semiárido.

Melhores condições de crédito

Foram reduzidas taxas de juros e elevados limites e prazos para pagamento dos financiamentos de algumas linhas de crédito do Pronaf.

Em especial, foram aprimoradas as chamadas “linhas verdes” do Pronaf (Agroecologia, Semiárido, Eco e Floresta), visando estimular a transição da agricultura convencional para a agroecologia.

Melhores condições de crédito em diversas modalidades do Pronaf

Investimento Redução de 4% para 2% a.a. dos juros em operações acima de R\$ 10 mil; taxa de juros de 1% a.a. para operações até 10 mil e ampliação do prazo de pagamento de 8 para 10 anos.	Agroindústria Aumento de R\$ 30 mil para até R\$ 50 mil de crédito individual e de R\$ 20 mil para até R\$ 30 mil para associados ou cooperados, com ampliação do prazo de pagamento de oito para dez anos.	Agroecologia Aumento de R\$ 50 mil para até R\$ 130 mil, com aumento do prazo de pagamento de oito para dez anos e até três anos de carência.	Cotas-Partes Aumento de R\$ 5 mil para até R\$ 10 mil por beneficiário de crédito individual; de R\$ 5 milhões para até R\$ 10 milhões para cooperativas.	Microcrédito Produtivo Rural Aumento de R\$ 2 mil para até R\$ 2,5 mil por operação. Cada beneficiário poderá fazer até três operações, num total de R\$ 7,5 mil.
Mais Alimentos Redução de 2% para 1% a.a. dos juros de financiamentos até R\$ 10 mil.	Semiárido e Pronaf-Jovem Aumento de R\$ 10 mil para até R\$ 12 mil de crédito.	Floresta O limite de até R\$ 20 mil passa a vigorar em todas as regiões (antes atendia somente Norte, Nordeste e Centro-Oeste).	Eco Aumento de R\$ 6,5 mil para até R\$ 8 mil por hectare, limitado a R\$ 80 mil por beneficiário em uma ou mais operações.	

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

COMPROMISSOS FIRMADOS COM O 17º GRITO DA TERRA BRASIL 2011, DA CONTAG, E COM A FETRAF

Em maio, o Governo Federal apresentou os principais resultados das negociações e avanços às lideranças do 17º Grito da Terra Brasil 2011, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e à Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF).

Além das medidas no âmbito do Plano Safra da Agricultura Familiar, destacam-se:

Reforma agrária: R\$ 530 milhões para pagamento de decretos de desapropriação já autorizados, dos quais R\$ 278 milhões já foram executados pelo

INCRA. Foram liberados, ainda, R\$ 30 milhões para o Subprojeto de Infraestrutura Comunitário (SIC) do Programa Nacional de Crédito Fundiário, dos quais R\$ 10 milhões já foram executados.

Assistência técnica: liberação de R\$ 127 milhões para garantir a execução dos contratos em vigor de Ater, dos quais 52 milhões já foram empenhados.

Habitação: criação da Superintendência de Habitação Rural da Caixa Econômica Federal.

Sanidade Agropecuária: elaboração de nova regulamentação do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária – Suasa, que adaptará a fiscalização às características da agroindústria familiar, preservando as cautelas necessárias à garantia da qualidade sanitária dos produtos agrícolas brasileiros.

Reestruturação do setor aéreo

Melhoria dos aeroportos já começou

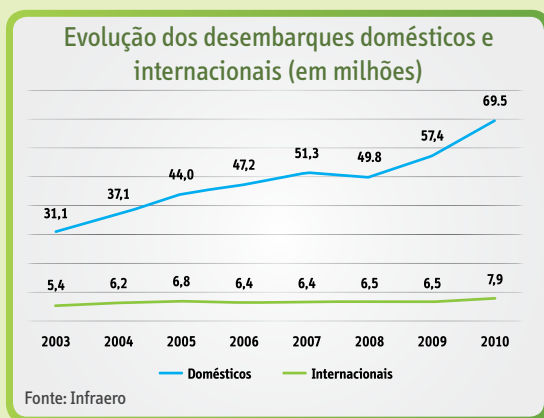
Medidas para reestruturar setor aéreo visam equacionar problemas imediatos e promover reformas estruturais necessárias

O Governo Federal está tomando várias medidas para reestruturar o setor aéreo do País. Este processo busca enfrentar dois grandes desafios:

reformular o quadro institucional de gestão da aviação civil brasileira e fazer frente à crescente demanda desse mercado.

Desembarques domésticos devem chegar a 75 milhões em 2011

O movimento de passageiros em nossos aeroportos tem crescido fortemente. Em 2010, foram 69,5 milhões de desembarques de passageiros em voos nacionais regulares e não regulares, crescimento de 21,15% sobre 2009. No mesmo período, os desembarques internacionais cresceram em intensidade similar (21,4%), alcançando 7,9 milhões de desembarques em 2010.



Em 2011, até junho, o crescimento continua: os desembarques domésticos chegaram a 37,9 milhões, 20,8% maior que em igual período do ano anterior, quando chegaram a 31,4 milhões de desembarques. Mantido este ritmo, os desembarques domésticos devem chegar a 75 milhões até o final do ano.

A criação da Secretaria de Aviação Civil

Em março, foi criada a Secretaria de Aviação Civil (SAC), no âmbito da Presidência da República e com *status* de ministério.

A nova Secretaria será responsável por formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil. Além disso, se encarregará do planejamento estratégico do setor, elaborará estudos e projeções, será responsável pelos planos de outorgas para exploração da infraestrutura aeroportuária e coordenará os ór-

gãos e entidades integrantes do sistema de aviação civil, em articulação com o Ministério da Defesa.

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) passa a ser vinculada e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) passa a se subordinar à nova secretaria, assim como o Conselho de Aviação Civil (CONAC), que passa a ser presidido pelo Ministro de Estado Chefe da SAC/PR. Essas mudanças representam um importante passo para a construção de um novo modelo institucional de gestão da aviação civil, redefinindo competências legais e as estruturas básicas dos órgãos envolvidos.

Algumas medidas já em curso para melhorar a gestão aeroportuária

No início de junho, começou a implantação (projeto-piloto) do Centro de Gerenciamento Aeroportuário (CGA) nos aeroportos de Guarulhos e Brasília. Este Centro tem o propósito de estabelecer uma instância centralizada de controle das várias atividades nos aeroportos, melhorando o fluxo de informações entre os órgãos e entidades envolvidos no processamento de passageiros e bens reduzindo os impactos operacionais nas atividades corriqueiras do aeroporto e estabelecendo um ambiente colaborativo de decisão para o tratamento de situações excepcionais.

Já estão em curso outras ações para aumentar a eficiência dos aeroportos, tais como a adequação do *layout* para expandir as áreas operacionais, o *check-in* compartilhado entre as companhias aéreas e a otimização da logística para processamento das bagagens.

Concessão de aeroportos

O Governo Federal anunciou em 31 de maio último que irá conceder à iniciativa privada três dos maiores aeroportos do País: Guarulhos (SP), Viracopos (SP) e Brasília (DF). As concessões serão feitas por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE), para operadoras privadas, que ficarão responsáveis pela ampliação da infraestrutura e gestão do aeroporto. A Infraero, que administra atualmente esses aeroportos, poderá participar com até 49% da SPE, podendo, assim, tomar parte das principais decisões da nova companhia.

As concessionárias deverão ampliar a capacidade dos aeroportos sob sua concessão, além de melhorar a gestão, a operação e a qualidade dos serviços prestados. Os investimentos previstos pela Infraero nos demais aeroportos sob sua administração continuam normalmente.

Os editais de concessão estarão prontos até o final de 2011. A previsão é que as empresas assumam esses aeroportos em fevereiro do próximo ano.

O Governo está elaborando os estudos para concessão de mais dois aeroportos: Confins (MG) e Galeão (RJ).

O primeiro aeroporto a ser concedido

Também em maio foram definidas as regras para o leilão de concessão do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante (RN), que atenderá à região metropolitana de Natal, uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. O leilão deve ocorrer em 22 de agosto de 2011. Será o primeiro aeroporto concedido à iniciativa privada. Serão 28 anos de concessão, com até três anos para a construção.

A expectativa é de que o consórcio vencedor do leilão invista cerca de R\$ 650 milhões na construção dos terminais e na operação do aeroporto. O Governo deve investir R\$ 174 milhões na construção de pistas e pátios em obras que já estão sendo realizadas pelo Exército.

Estima-se que o aeroporto receberá cerca de 3 milhões de pessoas em 2014; em 2030, deve chegar a 7,9 milhões, tornando-se um dos principais aeroportos do Nordeste, podendo funcionar, inclusive, como *hub* regional tanto para operações domésticas como internacionais.

Copa do Mundo FIFA 2014

Preparativos para o Mundial

Empenho total para garantir execução de todas as obras necessárias à realização da melhor Copa de todos os tempos

O Brasil consolidou sua presença no circuito mundial dos grandes eventos esportivos em outubro de 2007, quando foi escolhido para sediar a Copa do Mundo da FIFA 2014. Em maio de 2009, as 12 cidades-sede para o evento foram anunciadas pela FIFA.

As cidades que receberão os jogos da Copa 2014 são Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Além das obras de modernização, reforma e construção dos estádios, as cidades receberão empreendimentos para melhoria do transporte público e ampliação do setor hoteleiro, de portos e de aeroportos e modernização dos sistemas de comunicação e segurança.

Retorno financeiro e geração de empregos

Estimativa do Ministério do Esporte aponta que o impacto total da Copa na economia brasileira poderá ser da ordem de R\$ 183,2 bilhões até 2019.

São esperados 600 mil turistas estrangeiros e 3 milhões de brasileiros que devem ser responsáveis por gastos incrementais de cerca de R\$ 9,4 bilhões. Estima-se a criação de 330 mil empregos permanentes nos próximos três anos e 380 mil temporários em 2014.

Estima-se, ainda, um acréscimo de consumo das famílias e arrecadação de R\$ 16,8 bilhões em tributos.

Pacto federativo define responsabilidades e prazos

A realização do Mundial de 2014 exigirá a integração de ações entre governos federal, estadual e municipal, parceria formalizada em janeiro de 2010, quando foi assinada a Matriz de Responsabilidade. Esta matriz define o papel de cada instância de Governo na execução das medidas conjuntas, na liberação de recursos e na execução de cada uma das ações. E estabelece, ainda, os projetos que serão feitos, com cronograma para entrega, previsão de gastos e indicação da origem de financiamento.

Para dar transparência ao pacto e permitir o acompanhamento da sociedade, a matriz está disponível no sítio: <http://www.esporte.gov.br/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/compromissosCopa2014.jsp>.

Em janeiro de 2011 foi publicado o primeiro balanço da Copa do Mundo FIFA 2014 com os compromissos inseridos na Matriz, bem como o planejamento estratégico das demais ações. Até o final de agosto, serão revistos os empreendimentos constantes da Matriz e publicado o segundo balanço.

Acompanhamento das ações preparatórias

Coordenado pelo Ministério do Esporte, o Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 (CGCOPA 2014) foi criado em janeiro de 2010 com o objeti-

vo de supervisionar as ações previstas para a realização da Copa. São 25 órgãos que integram o comitê: 22 Ministérios ou Secretarias com *status* de Ministério, Advocacia-Geral da União, Controladoria Geral da União e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Foi criado, ainda, o Grupo Executivo da Copa, formado pela Casa Civil da Presidência da República, Ministérios do Esporte, do Planejamento, da Fazenda, das Cidades, da Justiça, do Turismo e pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. O GECOPA visa coordenar, estabelecer metas e monitorar a implementação das ações do Governo Federal para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

Em maio de 2011, foi realizada reunião de balanço das ações preparatórias para a Copa 2014, com a presença da Presidenta da República, Ministros e de todos os governadores e prefeitos das cidades-sede.

A Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade também contribuirá para o acompanhamento das ações preparatórias para a Copa do Mundo FIFA 2014. No dia 7 de julho, em reunião da Câmara, o Ministro do Esporte apresentou um balanço do andamento das obras para o mundial.

Andamento das obras previstas

Aeroportos: 25 ações em 13 aeroportos, totalizando R\$ 5,6 bilhões de recursos federais.

As obras já foram iniciadas em Brasília, Natal, Rio de Janeiro, Guarulhos, Viracopos e Curitiba. Cinco ações em 5 aeroportos estão com a licitação em andamento (Belo Horizonte, Brasília, Guarulhos, Manaus e São Gonçalo do Amarante/RN).

Dos aeroportos em obras, quatro serão gerenciados pela iniciativa privada, por meio de concessão: Natal, São Paulo (Guarulhos e Viracopos) e Brasília. Em Natal, a concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante está em andamento; nos outros, o modelo está sendo estruturado e o edital para a concessão deverá ser publicado em 2011.

Arenas: reforma ou construção de 12 estádios, envolvendo investimentos de R\$ 5,7 bilhões, com disponibilidade de até R\$ 400 milhões por estádio na linha de financiamento BNDES ProCopa Arenas.

Os financiamentos do BNDES para os estádios totalizam R\$ 3,7 bilhões. Cinco contratos de financiamento foram assinados e quatro solicitações estão em andamento. Dez estádios estão em está-

gio avançado de obras. Natal está na fase de drenagem e fundações e São Paulo está realizando terraplanagem do terreno e início das fundações.

Mobilidade Urbana: ao todo, são 50 obras que totalizam R\$ 11,9 bilhões, sendo R\$ 6,6 bilhões com financiamento da Caixa e R\$ 1,2 bilhão com financiamento do BNDES.

Para melhorar o sistema público de transportes nas cidades-sede, já estão em andamento obras em Belo Horizonte, Cuiabá, Curitiba, Recife e Rio de Janeiro. Apenas Rio de Janeiro e São Paulo têm previsão de conclusão de obras em maio de 2014.

Portos: sete portos serão reformados, com investimento de R\$ 740,7 milhões, de recursos federais.

Os investimentos nos portos para a Copa do Mundo da FIFA 2014 terão como foco os terminais de passageiros. Serão realizadas obras em portos nas cidades de Fortaleza (CE), Natal (RN), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Manaus (AM), Recife (PE)

As obras da Copa têm acompanhamento específico

e também em Santos (SP), que mesmo não sendo sede da Copa, está apenas a 70 km de São Paulo. As obras serão iniciadas entre novembro e dezembro de 2011 e todas devem estar concluídas até final de 2013.

Melhorias no setor hoteleiro

Em março de 2010 o BNDES criou uma linha de financiamento para obras de reforma, modernização ou construção de hotéis e pousadas, priorizando as cidades sede da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Cidades vizinhas também podem apresentar propostas. Essa linha obedece a critérios ambientais como eficiência energética e sustentabilidade do projeto. O BNDES disponibilizou inicialmente R\$ 1 bilhão para esta linha de crédito, e elevou para R\$ 2 bilhões em 2011.

Também estão disponíveis linhas de financiamento para o setor hoteleiro por meio da Caixa e dos fundos constitucionais para o Centro-Oeste – FCO, Nordeste – FNE e Norte – FNO.

Até o momento, em todas as linhas disponíveis, já foram aprovados 19 contratos de financia-

mento, totalizando R\$ 472,9 milhões. Esses valores viabilizarão o acréscimo de 1.621 quartos à rede hoteleira.

Capacitação profissional para a Copa do Mundo é iniciada

O Governo Federal está investindo R\$ 440 milhões na capacitação de profissionais da área de turismo, com cursos de formação em diversos setores, incluindo idiomas. Estima-se que a Copa 2014 envolverá o trabalho de 870 mil profissionais.

Em seis capitais sedes da Copa (Fortaleza, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), 28.415 profissionais estão cursando, gratuitamente, aulas de idioma pelo projeto *Olá, Turista!*. Desse total, 21.341 fazem cursos de inglês e 7.074 cursam espanhol.

Pelo programa *Bem Receber Copa*, foram qualificados 71,7 mil profissionais em 2010 e, no primeiro semestre de 2011, 16.222 profissionais, incluindo camareiros, motoristas, garçons, recepcionistas, guias de turismo, entre outros. O programa visa preparar 306 mil profissionais até 2013.

5ª edição dos Jogos Mundiais Militares – Os Jogos da Paz

De 16 a 24 de julho, o Rio de Janeiro foi sede da quinta edição dos Jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional do Esporte Militar – CISM. Foi o maior evento esportivo militar realizado no Brasil e reuniu cerca de 6 mil atletas e oficiais de 111 países.

A infraestrutura esportiva dos Jogos Pan-americanos 2007 foi aperfeiçoada e acrescida de outros espaços (vilas) para acomodar delegações, ginásios e pistas.

O Brasil superou as expectativas e foi o primeiro lugar no quadro de medalhas: 45 de ouro, 33 de prata e 36 de bronze. A disputa também foi marcada por um *show* de novas marcas mundiais militares: 22 recordes foram batidos nesta edição.

A experiência na organização do evento contribuirá para o sucesso da Copa 2014.

Agilidade, transparência e rigor asseguram melhor utilização dos recursos

Instituído pela Lei nº 12.462/2011, o Regime Diferenciado de Contratação – RDC altera itens da lei de licitação especialmente para obras da Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. O RDC possibilita uma licitação mais ágil e, ao mesmo tempo, cria mecanismos para impedir a combinação de preços e assegurar maior concorrência.

Sua utilização pelo órgão contratante é facultativa. No regime do RDC é assegurado acesso total e irrestrito dos órgãos de controle, como controladorias, tribunais de contas, dentre outros, às informações relativas à contratação.

Foi criada a contratação integrada, na qual a empresa licitante é a responsável pela confecção do projeto, execução e entrega da obra.

Além disso, a partir de janeiro de 2012, as empresas interessadas em participar de licitações públicas, incluindo as obras da Copa e da Olimpíada, terão de provar que estão em dia com pagamentos trabalhistas. A apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas será obrigatória, de acordo com a Lei 12.440/2011. As novas condições foram publicadas no Diário Oficial da União do último dia 8 de julho, modificando a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943, e a Lei de Licitações, de 1993.

Todos os editais de obras da Copa do Mundo 2014 serão enviados previamente pelo Governo Federal ao Tribunal de Contas da União (TCU) para análise.

O uso de recursos públicos na Copa do Mundo de 2014 poderá ser monitorado diretamente pelo cidadão, por meio do Portal Transparência, que já está no ar.

O endereço é www.portaltransparencia.gov.br/copa2014

Internet e telefonia fixa – mais acesso, mais qualidade e menores preços

PNBL e PGMU

Mais oferta e menor preço para reduzir desigualdades entre brasileiros

PLANO NACIONAL DE BANDA LARGA – PNBL

A oferta de internet em banda larga no Brasil ainda é restrita a grandes centros urbanos e à população de maior poder aquisitivo. Estima-se que apenas 27% dos domicílios contavam com conexão à internet em 2010; entre eles, 39% das conexões tinham velocidade abaixo de 1 Mbps.

Em 30 de junho, foram assinados Termos de Compromisso pelas concessionárias de telefonia, para ampliação e melhora da prestação de serviços de internet.

Principais compromissos das empresas:

- Oferta de internet em alta velocidade por meio de conexões de um megabit por segundo (1 Mbps) por R\$ 35 (impostos incluídos) dentro de 90 dias.
- Não condicionar a assinatura de internet com conexão de 1 Mbps a R\$ 35 à assinatura de outros serviços de telecomunicações (“venda casada”).
- Oferecer, como alternativa, para quem já assina telefonia fixa, pacotes que variam de R\$ 65 a R\$ 69,90, custo menor que a soma da assinatura básica e da conexão à internet.
- Investimentos para atendimento das metas de expansão serão exclusivamente privados, efetuados com recursos das próprias concessionárias.

Medidas do Governo Federal para garantir a oferta e a qualidade:

- Monitoramento da oferta do serviço e o cumprimento do compromisso assinado pelas

empresas, aplicando sanções àquelas que o descumprirem.

- Estabelecimento, pela Anatel, de metas de qualidade e definição de parâmetros de velocidade efetiva de conexão mínima e média de disponibilidade do serviço, bem como regras de publicidade e transparência. As velocidades reais de *download* e *upload* devem ser próximas das velocidades nominais divulgadas pelas prestadoras.

Primeiro contrato de parceria é celebrado pela Telebras

Em fase de implantação de seu *backbone* nacional, a rede troncal possui trechos em plena operação no Distrito Federal e em Goiás, onde foi realizada a primeira parceria com prestador de serviço no município de Santo Antônio do Descoberto para ofertar acesso de 1 Mbps por R\$ 35,00.

PLANO GERAL DE METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO – PGMU

Novo plano amplia e melhora serviços de telefonia fixa

A cada cinco anos, o Plano Geral de Metas de Universalização – PGMU deve ser publicado estabelecendo condições para a revisão dos contratos de concessão das empresas prestadoras de telefonia fixa.

O novo PGMU, de 30 de junho de 2011, estabelece, entre suas principais mudanças:

- Ampliação da telefonia pública com melhor distribuição de terminais públicos, os orelhões. 1.745 cidades terão aumento no número de telefones públicos. Haverá 4 terminais de uso público (TUPs) para cada mil habitantes, em todos os municípios brasileiros.
- As concessionárias instalarão, sob demanda, cerca de 90 mil novos terminais, em locais como escolas públicas e postos de saúde rurais, comunidades quilombolas, aldeias indígenas, assentamentos de trabalhadores rurais, organizações das Forças Armadas e postos da Polícia Rodoviária Federal, entre outros.
- Ampliação da telefonia rural: as concessionárias devem ampliar o atendimento de telefonia individual para a área rural, alcançando, no mínimo, 30 km de raio a partir de localidades já atendidas com acesso individual. A partir de 2012, serão instalados acessos gratuitos à internet em banda larga nas escolas públicas rurais.
- Oferta de telefone para população de baixa renda: telefone fixo a baixo custo para cerca de 20 milhões de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O serviço custará cerca de R\$ 13,00 mensais, mas nos estados onde for concedida isenção de ICMS o preço será de R\$ 9,50 mensais.

Plano Nacional de Outorgas – Serviço de Radiodifusão Comunitária (RadCom)

Para universalizar o serviço de radiodifusão comunitária, o Ministério das Comunicações lançou o Plano Nacional de Outorgas do Serviço de Radiodifusão Comunitária de 2011. O cronograma de publicação de avisos de habilitação para outorga do serviço prioriza 431 municípios, onde nunca havia sido publicado aviso ou já existiam manifestações de interesse registradas.

Planos Nacionais de Outorgas – Serviços de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Portaria nº 256, de 6 de julho de 2011, do Ministério das Comunicações estabelece regras para a seleção de entidades visando à execução dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, rádio e TV, em localidades ainda não atendidas.

Recurso de audiodescrição em TV Digital para acessibilidade às pessoas com deficiência

Em 1º de julho, por força da Norma de Acessibilidade, as emissoras de TV com transmissão em tecnologia digital passaram a disponibilizar o recurso de audiodescrição, em regime parcial de duas horas semanais, horário este que deve ser aumentado para quatro horas semanais nos próximos dois anos e com expansões sucessivas em intervalos de anos seguintes.

Proteger as fronteiras para aumentar a segurança dos brasileiros

Plano Estratégico de Fronteiras

O tamanho do Brasil e a diversidade geográfica são grandes desafios para a segurança da fronteira brasileira

Para fortalecer as fronteiras, prevenir e reprimir a criminalidade e intensificar a cooperação com os países vizinhos, em 8 de junho, foi lançado o Plano Estratégico de Fronteiras, coordenado pelo Vice-presidente da República, com ações integradas dos Ministérios da Justiça e da Defesa e a participação do Ministério do Meio Ambiente e da Receita Federal.

O Plano integra, de maneira inédita, as Forças Armadas e órgãos de segurança pública (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública e Secretaria Nacional de Segurança Pública). O acompanhamento e coordenação das ações são realizados no Centro de Operações Conjuntas, que fica no Ministério da Defesa, em Brasília. Pela primeira vez, integra inteligência – investigação e informação – e fiscalização, com a participação do Sistema Brasileiro de Inteligência,

composto por áreas de inteligência de mais de dez órgãos do Governo Federal.

O plano é constituído por duas grandes operações: a Operação Sentinela e a Operação Ágata.

Operação Sentinela

Coordenada pelo Ministério da Justiça, com o apoio logístico das Forças Armadas, envolve o trabalho direto da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Força Nacional de Segurança Pública. Iniciada em 2010 e intensificada neste ano, é uma operação de fiscalização ostensiva, com caráter permanente e ênfase em ações de inteligência. Foram priorizados 34 pontos vulneráveis, entre fronteiras secas, estradas, pontes e regiões alagadas. Desde 8 de junho, 550 pessoas foram presas em flagrante, e foram apreendidas 11 toneladas de maconha e cocaína, 283,7 mil aparelhos eletrônicos e 358 mil pacotes de cigarros.

Operação Ágata

Conduzida pelo Ministério da Defesa, com o apoio do Ministério da Justiça, essa operação, criada em 2011, é desenvolvida de maneira localizada, concentrada e tem como marca a surpresa. Com natureza pontual e caráter temporário, amplia a presença das autoridades em pontos focais da fronteira e conta com cerca de cinco mil integrantes das Forças Armadas, embarcações, aviões e outros veículos militares.

Fronteiras do Brasil

País de dimensões continentais, o Brasil faz fronteira com dez países. A faixa de fronteira representa 27% do território ou 2,3 milhões de km². São 16,8 mil quilômetros de extensão, dos quais 9,5 mil quilômetros são formados por rios, lagos e canais. Trata-se de 11 estados brasileiros, 710 municípios e uma população de cerca de 10,9 milhões de pessoas.

Projetos estruturantes

O Plano prevê também projetos estruturantes nas áreas de pessoal, infraestrutura, integração entre estados e municípios e uso de tecnologia e inteligência. Na área de pessoal, haverá recomposição dos cargos vagos das polícias Federal e Rodoviária Federal (com lotação inicial nas fronteiras), além de compensar servidores pela permanência nas fronteiras e construir residências funcionais para os policiais. Na área de infraestrutura, fará a adequação de instalações físicas das polícias locais; investirá em recursos tecnológicos – como *scanners* veiculares e o Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) – e de inteligência – como solução de tratamento de dados de inteligência, além de um sistema de satélite, chamado SisFron (Sistema de Monitoramento de Fronteiras), para monitorar toda a área.

CAMPANHA NACIONAL DO DESARMAMENTO 2011

Lançada em 6 de maio, a campanha já recebeu 9,2 mil armas e 30,9 mil munições e pagou R\$ 835 mil em indenizações.

A campanha, que se estende até dezembro de 2011, busca mobilizar a sociedade brasileira para retirar de circulação o maior número possível de armas de fogo, contribuindo assim para a redução da violência no País. Não importa se a arma tem registro ou não: todas podem ser entregues. Não há limite de quantidade de armas para a entrega. Quatro novas diretrizes diferenciam essa campanha das anteriores: 1) o anonimato de quem entrega a arma de fogo; 2) a inutilização da arma no ato do recolhimento; 3) a agilidade no pagamento da indenização; e 4) a ampliação dos postos de recolhimento.

O cidadão recebe indenização que varia entre R\$ 100, R\$ 200 ou R\$ 300, dependendo do tipo de arma de fogo. O valor é pago em no máximo 30 dias após a entrega da arma. Não há indenização para a entrega de munição.

As campanhas do desarmamento anteriores recolheram 550 mil armas de fogo.

Saiba mais: www.entreguesuaarma.gov.br

PLANO INTEGRADO DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS

Os Centros Regionais de Referência (CRR), que atuam na formação e qualificação de profissionais das redes de atenção integral à saúde e de assistência social que trabalham com usuários de *crack* e outras drogas e com suas famílias, são um dos pilares do plano para o enfrentamento ao *crack*.

São 49 instituições de ensino superior públicas que, em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), do Ministério da Justiça, capacitarão 14.700 profissionais de saúde e assistência social por ano, abrangendo 844 municípios de 19 estados.

A capacitação já foi iniciada em 23 centros, beneficiando 6.900 profissionais e, a partir de outubro de 2011, os outros 26 centros capacitarão mais de 7.800 profissionais.

O público-alvo são médicos do Programa de Saúde da Família (PSF) e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), profissionais atuantes em hospitais gerais, agentes comunitários de saúde e redutores de danos e profissionais das redes de saúde e assistência social.

Também foi firmado convênio com a Universidade do Estado de São Paulo (Unesp) para realização de curso de capacitação para 5 mil profissionais que trabalham em comunidades terapêuticas.

Parceria com comunidades terapêuticas para fortalecer ações de enfrentamento ao *crack* e outras drogas

Em junho, a Presidenta realizou reunião com representantes das comunidades terapêuticas, para discutir o aprimoramento da parceria com o Governo para o tratamento de dependentes de *crack* e outras drogas. A ação conjunta é fundamental para agregar as iniciativas das comunidades aos instrumentos disponíveis na rede pública de saúde, ampliando a capacidade de atendimento à população.

Como resultado do estreitamento desta relação e visando organizar a rede de acolhimento e atendimento, várias iniciativas foram tomadas, com destaque para:

- incorporação da parceria com as comunidades terapêuticas como componente do Novo Plano de Rede de Cuidados em Saúde Mental, Álcool, *Crack* e Outras Drogas;
- revisão da resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que disciplina o funcionamento das instituições. A nova versão está publicada como RDC/ANVISA 29/2011;
- elaboração de Minuta de Edital de Chamamento Público para selecionar, em 2011, projetos de atendimento e reinserção social para usuários destas instituições, que poderão receber recursos por meio de Convênio ou Termo de Parceria;
- elaboração e envio de proposta de alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ampliando as alternativas de viabilização de repasse de recurso às comunidades terapêuticas;
- definição de proposta de valor a ser incluído nas propostas orçamentárias do triênio 2012-2014 para financiar o atendimento prestado pelas comunidades terapêuticas;
- publicação da Consulta Pública da ANVISA sobre legislação de boas práticas dos serviços de saúde, cuja adequação recebeu sugestões de representações das comunidades terapêuticas.

Combate ao desmatamento na Amazônia é intensificado

Ações coordenadas em prol da sustentabilidade

Mantido compromisso com a redução do desmatamento, Governo intensifica a fiscalização e obtém resultados imediatos

Em abril de 2011, houve forte aumento no ritmo de desmatamento na Amazônia, medido pelo sistema Detecção de Desmatamento em Tempo Real – Deter, do INPE. Foi registrada ampliação de 27% na área desmatada no período de agosto de 2010 a abril de 2011, quando comparado a agosto de 2009 a abril de 2010.

Para impedir a continuidade desse processo, foi convocado o Gabinete de Crise e implementadas ações emergenciais. Uma força-tarefa integrada por Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança e Exército intensificou as ações de combate ao desmatamento ilegal e de patrulhamento das rodovias por onde a madeira ilegal é transportada.

As medidas então adotadas produziram resultado imediato. Em maio de 2011, o sistema DETER captou queda de 44% no desmatamento ilegal em relação ao mês anterior. A área desmatada, captada pelos satélites de monitoramento, recuou mais de 200 km² – caindo de 477,2 km² para 267,9 km².

Fiscalização fortalecida

Como reação aos números do desmatamento de abril, somente em Mato Grosso, que responde pelas maiores taxas de desmatamento, o Ibama colocou 400 fiscais nas áreas mais sensíveis. Em trabalho integrado com o INPE, o Ministério do Meio Ambiente passou a fazer o monitoramento *on line* das áreas embargadas.

Sete municípios foram incluídos na lista dos maiores desmatadores, que agora somam 48, sujeitos à fiscalização especial e que passam a integrar a Operação Arco Verde.

Operações intensificadas

Duas operações de combate ao desmatamento ilegal – Guardiões da Amazônia e Arco Verde – têm sido intensificadas.

A operação Guardiões da Amazônia tem como estratégia principal a descapitalização do infrator, por meio da apreensão dos bens envolvidos na atividade ilegal e no embargo da área, além das multas por crime ambiental. No primeiro semestre de 2011, foram 54 operações, que resultaram em R\$ 353,5 milhões em multas aplicadas, 53,7 mil m³ de madeiras apreendidas e 58 mil hectares de áreas embargadas. Em maio, o Governo intensificou a operação, para coibir episódios de violência na região amazônica.

A Operação Arco Verde, com foco na regularização fundiária e no estímulo à produção sustentável, promove ações emergenciais e estruturantes nos municípios amazônicos responsáveis pela maior parte da taxa do desmatamento.

Em 2011, até junho, a Arco Verde percorreu sete municípios-polos regionais, capacitou 134 pessoas – entre gestores municipais, representantes da sociedade civil e técnicos dos governos estaduais.

Dados de operações de fiscalização e combate ao desmatamento até junho de 2011

Descrição	Total
Áreas embargadas (ha)	58.000
Serrarias embargadas	32
Valor de multas aplicadas (R\$)	353.530.000,00
Caminhões apreendidos	238
Tratores apreendidos	60
Madeira apreendida (m ³)	53.727
Gado apreendido (cabeças)	5.400
Grãos apreendidos (toneladas)	2.500
Autos de infração lavrados	1.089

Fonte: Ibama

Cada um desses polos terá dois consultores para, durante um ano, apoiar a consolidação de conhecimentos e a elaboração de projetos.

Ações de fortalecimento de atividades produtivas sustentáveis já foram identificadas, em nove dos municípios prioritários. Foram contempladas cadeias produtivas como piscicultura, bovinocultura de leite,

dendê e sistemas agroflorestais de produção (SAF) – numa iniciativa desenvolvida conjuntamente com os programas Territórios da Cidadania e os Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável. Para viabilizar o crédito nessas áreas, o Banco Central criou os códigos para que os bancos reconheçam os SAF's nos financiamentos do crédito rural.

Brasil Sem Miséria terá Bolsa Verde, um estímulo à preservação ambiental

Além da fiscalização e da coerção a práticas ilegais, o Governo vem ampliando seus instrumentos de estímulo à preservação e à exploração sustentável das florestas. Um dos mais novos instrumentos para isto é o Bolsa Verde, previsto no Plano Brasil Sem Miséria.

As famílias extremamente pobres que vivem em florestas nacionais, reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável serão estimuladas a preservar os ativos ambientais. Para isso, o Bolsa Verde fará o pagamento de R\$ 300, a cada trimestre, para que essas famílias em situação de extrema pobreza recebam por serviços ambientais, ou seja, para a conservação ambiental nas áreas onde vivem e trabalham. O benefício será recebido por meio do cartão do programa Bolsa Família.

Melhor preparo para enfrentar eventos climáticos extremos

Aprimorar a Defesa Civil

O sistema de Defesa Civil brasileiro está sendo aprimorado para ampliar a capacidade e a agilidade de resposta e diminuir os efeitos dos eventos climáticos

Hoje existem cerca de 5 milhões de pessoas morando em áreas de risco no País. Atento a essas vulnerabilidades, o Governo Federal está aumentando sua capacidade de prevenir e responder a eventos climáticos extremos.

Tragédias relacionadas às mudanças climáticas são cada vez mais frequentes no mundo. Segundo o último relatório do IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU, uma das consequências das alterações no clima é a maior ocorrência de chuvas intensas causadoras de deslizamentos em encostas e inundações no leste da América do Sul, incluindo a região litorânea do Brasil.

Ações desenvolvidas para aprimorar a capacidade do Governo de alertar a população em risco e de responder em casos de enchentes e deslizamentos

Sistema Nacional de Prevenção e Alerta de Desastres Naturais: criado em janeiro de 2011, contará com novos radares meteorológicos e modernização das redes de observação ambiental, aumentando a eficiência da prevenção de fenômenos climáticos e dos mecanismos de alerta para a população em áreas de risco. O sistema dará conhecimento à população e informará os procedimentos que devem ser tomados em casos de risco.

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden): criado pelo Decreto 7.513, de 1º de julho de 2011, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, emitirá alerta para 25 cidades contra enchentes e deslizamentos com até seis horas de antecedência, a partir do próximo verão. O centro fará cobertura de cerca de mil municípios até 2014. O núcleo do sistema será em Cachoeira Paulista (SP).

Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD): coordenado pelo Ministério da Integração Nacional, ao ser alertado pelo Cemaden, avisará a população e atuará localmente. O centro será ampliado e modernizado, com adoção de sistemas informatizados e ampliação do quadro de recursos humanos e especialistas das diferentes áreas de atuação em desastres.

Força Nacional de Resgate do SUS: reunirá profissionais especializados em atendimento a vítimas de desastres naturais.

Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC: instituído pelo Decreto 7.505, de 28 de junho de 2011, permite aos entes federados empregar os recursos para socorro, assistência às vítimas de desastres e restabelecimento dos serviços essenciais com maior celeridade e transparência.

Investimentos no PAC 2: R\$ 10 bilhões para drenagem e contenção de encostas em áreas de risco.

Relação federativa

Parcerias com estados e municípios

Encontros com prefeitos e governadores resultam em mais avanços na gestão pública

Marcha dos Prefeitos

Em maio, estiveram em Brasília mais de 5 mil participantes da XIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). O objetivo do evento foi avançar na construção de um pacto federativo mais justo, capaz de diminuir as diferenças regionais e promover o desenvolvimento sustentável.

A Carta da Marcha registra os principais pontos das reivindicações municipalistas: o encontro de contas entre os débitos e os créditos dos municípios com a Receita Federal e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além da redistribuição dos *royalties* e Participação Especial de Petróleo e Gás. O Executivo Federal defendeu a realização do encontro de contas e que, respeitados os preceitos constitucionais, as entidades municipalistas devem auxiliar na construção de uma proposta que aprimore as condições de distribuição dos recursos do Pré-sal, garantindo que as reservas petrolíferas sejam tratadas como uma poupança para as futuras gerações.

Entre os temas debatidos, destacaram-se a apresentação dos novos programas do Governo Federal: PAC 2 e o Brasil Sem Miséria, que preveem uma intensa parceria com os municípios para consecução dos seus objetivos. Justamente para melhorar essa parceria, está em elaboração uma proposta de simplificação dos procedimentos para convênios e con-

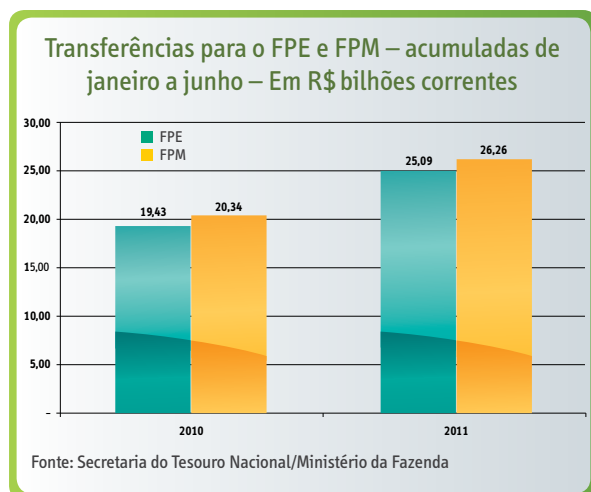
tratos de repasse de transferências voluntárias, que será apresentada na próxima reunião do Comitê de Articulação Federativa (CAF).

Na XIV Marcha, o Governo Federal também anunciou a liberação de R\$750 milhões para pagamento de obras já iniciadas a partir de contratos ou convênios com a União. Em junho foram repassados R\$770 milhões. Além disso, foram anunciadas 30 mil vagas para curso superior de tecnólogo em gestão pública, destinadas em sua maioria para municípios e a publicação virtual do manual de convênios e do catálogo de programas federais que podem ser acessados pelo Portal Federativo (www.portalfederativo.gov.br) ou Portal dos Convênios (www.convenios.gov.br).

Crescem as transferências constitucionais para estados e municípios

Até junho deste ano foram repassados R\$ 26,26 bilhões do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), um crescimento de 29,1% com relação ao mesmo período do ano passado, já descontada a parcela do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

No mesmo período, foram repassados R\$ 25,09 bilhões do Fundo de Participação dos Estados (FPE), crescimento de 29,1% em relação ao mesmo período de 2010, já descontada a parcela do Fundeb.



Os Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO) já repassaram R\$ 6,1 bilhões de janeiro a maio deste ano (20% a mais do que o mesmo período de 2010).

Saneamento: impulso para as pequenas cidades

Os municípios com menos de 50 mil habitantes receberão R\$ 5 bilhões para investimentos em saneamento básico, no âmbito do PAC 2. São 4.855 municípios (32% da população brasileira) que poderão inscrever projetos. Para a primeira etapa de seleção são destinados R\$ 3,2 bilhões e foram inscritos dez mil projetos. O resultado da pré-seleção será divulgado até o dia 26 de agosto e o resultado final, até o dia 4 de novembro.

Garantia de custeio para as novas creches

Em maio, foi assinada a Medida Provisória 533, garantindo o custeio das novas creches municipais até que as vagas por elas oferecidas sejam computadas pelo Fundeb. Para que uma prefeitura tenha

acesso a esse recurso, a nova creche deve ter sido construída com recursos de programas federais (como o PAC 2 ou o ProInfância) e já ter iniciado seu funcionamento.

XII Fórum dos Governadores do Nordeste

Em fevereiro, a Presidência da República participou do *XII Fórum dos Governadores do Nordeste*, em Aracaju (SE), onde reafirmou o compromisso com o desenvolvimento da região, que deve ser orientado a partir dos seguintes eixos estruturadores:

- Criação de um ambiente atrativo à expansão do investimento privado;
- Apoio ao empreendedorismo nordestino, fortalecendo os Arranjos Produtivos Locais e a agricultura comercial;
- Reestruturação do Ministério da Integração, com a criação da Secretaria Nacional de Irrigação, reconhecendo a importância da segurança hídrica e da incorporação de áreas do semiárido à atividade produtiva via irrigação;
- Realização dos investimentos necessários ao aperfeiçoamento e expansão da infraestrutura regional;
- Ampliação da oferta de serviços e políticas públicas de qualidade que permitam elevar a qualidade de vida da população;
- Expansão e interiorização das redes federais de ensino superior e de educação científica, profissional e tecnológica.
- Garantia das instâncias de articulação para a construção e implementação de um projeto de médio e longo prazo para a região.



Brasil e o Mundo

O Brasil e o Mundo

Maior integração regional, seguimento da relação com parceiros tradicionais e fortalecimento da concepção de relações internacionais fundadas no multilateralismo

A política externa brasileira privilegia o relacionamento com a América do Sul, com o conjunto dos países da América Latina e do Caribe e com o Sul do mundo. Terá, ainda, continuidade a política de relacionamento com parceiros tradicionais no mundo desenvolvido e as iniciativas de fortalecimento de nossa concepção das relações internacionais no âmbito do multilateralismo e de um crescente mundo multipolar.

Vinte anos do MERCOSUL

Em 29 de junho, em Assunção, durante a Cúpula do Mercosul, o Brasil reafirmou o interesse prioritário em seu contínuo fortalecimento e na consolidação das estruturas institucionais do projeto de integração. A reunião adotou o Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul, estabeleceu novas regras para retomada dos trabalhos do Parlamento do Mercosul e aprovou, no âmbito do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), projeto conjunto dos quatro Estados sobre pesquisa, educação e biotecnologia aplicadas à saúde.

O Brasil passa a ser membro pleno da Unasul

Com a aprovação, pelo Congresso Nacional do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), o Brasil passa a ser membro pleno da Organização, que busca promover a integração social, produtiva, energética, financeira e de infraestrutura dos países da região.

O Tratado Constitutivo da Unasul foi assinado em 23 de maio de 2008, em Brasília, e entrou em vigor em 11 de março de 2011. Até o momento, já foi aprovado por dez países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Além da integração entre os países da região, a Unasul, desde sua criação, tem fortalecido a confiança mútua regional, constituindo espaço privilegiado para o diálogo entre os líderes da região.

Primeiras visitas presidenciais refletem prioridade dada à América do Sul

ARGENTINA: na primeira visita internacional de Estado, realizada em 31 de janeiro, ficou realçada a importância da aliança estratégica entre Argentina e Brasil como eixo constitutivo da integração regional. Na ocasião, o Brasil reiterou, também, o compromisso com o processo de integração bilateral como política de Estado em ambos os países, como elemento garantidor do desenvolvimento com justiça almejado pelas duas sociedades.

URUGUAI: na visita realizada ao país em 30 de maio, foram definidas, como prioridades, iniciativas e obras de infraestrutura que devem criar novo dinamismo no processo de desenvolvimento integrado do norte uruguaio e da metade sul do Rio Grande do Sul.

VENEZUELA: em 6 de junho, na visita do Presidente venezuelano a Brasília, foram discutidos

temas ligados à complementação econômica, produtiva e comercial entre os dois países; à cooperação para o desenvolvimento; e à integração das cadeias produtivas dos estados do Norte do Brasil e do Sul da Venezuela.

PARAGUAI: na visita a Assunção, em 29 de junho, foram examinados os avanços recentes da relação bilateral. A aprovação, pelo Congresso Nacional, em 11 de maio, do aumento da remuneração pela energia paraguaia de Itaipu cedida ao Brasil e a implantação de linha de transmissão de 500 kV no Paraguai, obra fundamental para garantir o suprimento de energia elétrica a Assunção, abrem perspectivas para o desenvolvimento de nosso vizinho.

PERU: o Presidente eleito do Peru escolheu o Brasil como primeiro destino após sua vitória. Na ocasião, foi discutido amplo programa de cooperação dos dois países.

O Brasil entre os gigantes emergentes

Em 14 de abril, na cidade chinesa de Sanya, realizou-se a 3ª Cúpula do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com a presença de todos os chefes de Estado dos países integrantes do bloco.

A Cúpula centrou-se nos temas da reforma do sistema financeiro e da democratização da governança global, no contexto da superação da crise econômica internacional iniciada em 2008. Além de temas econômicos, financeiros e comerciais, também foram examinadas questões relacionadas ao desenvolvimento, à mudança do clima e à cooperação intrabloco, em especial em áreas como agricultura e energia.

China

Na visita à República Popular da China em 12 e 13 de abril, foram discutidos grandes temas da agenda bilateral e multilateral e o aprofundamento da parceria estratégica sino-brasileira.

Durante a visita, o Brasil reafirmou que, mais que importante parceiro comercial, quer ser parceiro da China também na pesquisa científica e tecnológica, na inovação e na criação de produtos com tecnologias binacionais.

Foram assinados acordos de cooperação em matéria de defesa e outros atos bilaterais, nas áreas de política, ciência e tecnologia, recursos hídricos, inspeção e quarentena,

esporte, educação, agricultura, energia, telecomunicações e aeronáutica.

A China é o maior parceiro comercial do Brasil, com in-

Entre 2003 e 2010, 40% da expansão do PIB mundial deve-se ao crescimento dos BRICS.

tercâmbio de US\$ 56 bilhões em 2010, ano em que o saldo comercial foi favorável ao Brasil em mais de US\$ 5 bilhões. Nos últimos sete anos, as trocas comerciais entre o Brasil e a China aumentaram mais de oito vezes. Em 2010, a China foi o maior investidor estrangeiro no Brasil.

Estados Unidos

De 19 a 21 de março, o Presidente dos EUA realizou visita de Estado ao Brasil. Os dois mandatários reconheceram a interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento e reafirmaram seu desejo de construir uma ordem mundial justa e inclusiva, que promova a democracia, os direitos humanos e a justiça social.

Em relação ao comércio bilateral, o Brasil reiterou a necessidade de promover a geração de fluxos

mais equilibrados, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Além do exame das questões de interesse mútuo nas agendas regional e global, os Presidentes atribuíram especial relevo à cooperação Brasil-EUA em matéria de comércio e investimentos recíprocos. Destacaram a cooperação bilateral nas áreas de energia, meio ambiente, ciência, tecnologia e inovação e educação e assinaram acordo de comércio e cooperação econômica, acordo sobre transportes aéreos e outros atos bilaterais.

Os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial do Brasil, com fluxo de mais de US\$ 46 bilhões em 2010. No primeiro semestre de 2011, as exportações brasileiras aos EUA somaram US\$ 11 bilhões e as importações alcançaram US\$ 15 bilhões, ambas 30% superiores ao mesmo período de 2010.

Apoio ao desenvolvimento de longo prazo

São 81 os países em desenvolvimento que se beneficiam, hoje, da cooperação técnica brasileira. Cerca de 45% dessa cooperação se dá na América Latina e no Caribe, e os demais 55% estão distribuídos entre África, Ásia e Oceania. O foco principal são os projetos “estruturantes”, que, com a participação ativa dos países receptores, têm impacto socioeconômico de mais largo alcance.

Os projetos de cooperação abrangem desde fazendas experimentais para teste de variedades agrícolas brasileiras em solo africano até instalação de centros permanentes de capacitação profissional. Alguns têm alcance regional: a estação experimental de algodão no Mali, por exemplo, recebe técnicos de Burkina Faso, do Chade e do Benim, enquanto a estação de arroz no Senegal

receberá técnicos do Mali, da Mauritânia e de Guiné-Bissau.

Na 22ª Conferência da Comunidade do Caribe (CARICOM), em 25 e 26 de fevereiro, em Granada, o Governo brasileiro colocou à disposição dos países caribenhos novos projetos de cooperação. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) apresentaram programa de dez cursos de cooperação técnica em matéria de desenvolvimento agrícola.

O Brasil promoveu, em 24 de junho, em Roma, o seminário “Cooperação Técnica Brasileira: Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais”. Foi oferecido programa de cursos de cooperação técnica a países do Caribe, da África, da Ásia Central e Meridional, do Pacífico, do Leste Europeu e do Cáucaso, nas áreas de agricultura, meio ambiente, pesca e aquicultura, segurança alimentar, desenvolvimento rural, políticas de combate à fome e políticas de equidade de gênero.

Agenda de encontros de alto nível reforça laços extrarregionais

Encontros de alto nível com parceiros extrarregionais contribuíram para diversificar a agenda de política externa do País.

PORTUGAL: em Lisboa, em março, durante encontros com o Presidente e com o Primeiro-Ministro de Portugal, foi anunciada a disposição brasileira de contribuir para a recuperação da economia portuguesa.

TIMOR-LESTE: o Primeiro-Ministro de Timor-Leste visitou o Brasil em março. Na ocasião, foi destacado o interesse brasileiro em ampliar a cooperação com Timor-Leste, voltada para o fortalecimento

Brasileiro é eleito Diretor-Geral da FAO, com o apoio dos países em desenvolvimento

Em 24 de junho, José Graziano da Silva foi eleito para o cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). A escolha do candidato brasileiro reflete o reconhecimento, pela comunidade internacional, de seu trabalho de combate à fome no Brasil, que é uma referência mundial em matéria de transferência de renda, segurança alimentar e redução da pobreza. Evidenciou-se a percepção internacional sobre a relevância do compromisso do Brasil de inserir o combate à fome e à pobreza no centro da agenda global e de promover o aprofundamento da solidariedade e da cooperação entre os países.

das instituições daquele país nas áreas de educação, justiça, segurança, capacitação de mão de obra, inclusão social e infraestrutura.

SUÉCIA: o Primeiro-Ministro da Suécia, em visita ao Brasil em 17 de maio, discutiu a implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica bilateral, com ênfase nas áreas de ciência, tecnologia e inovação; cooperação educacional; e biocombustíveis, inclusive na esfera da cooperação triangular.

ALEMANHA: o Presidente da República Federal da Alemanha realizou visita de Estado ao Brasil, de 4 a 7 de maio, acompanhado de importante delegação empresarial. Durante visita foi discutido o

interesse recíproco dos dois países em intensificar cooperação nas áreas de inovação, cooperação científica, tecnológica e cultural. Brasil e Alemanha buscam estimular iniciativas para o emprego de novas tecnologias em áreas como engenharia de produção e pesquisa de materiais.

G-20 Financeiro

No G-20, principal foro da governança econômico-financeira mundial, o Brasil atua para garantir equilíbrio às relações econômicas internacionais pós-crise financeira de 2008. Mudanças no poder de voto no Banco Mundial e no FMI – nas quais o Brasil está entre os principais beneficiados – aumentaram o peso dos países em desenvolvimento nessas instituições.

O Brasil tem reiterado a necessidade de maior coordenação macroeconômica para resolver os desequilíbrios globais, considerando que os países em desenvolvimento não podem pagar o preço de uma crise iniciada nos países desenvolvidos.

Sobre a volatilidade dos preços internacionais dos alimentos, o Brasil tem defendido que é essencial, para a segurança alimentar dos países mais pobres, o fim dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos. O modelo brasileiro, que combina agricultura empresarial com apoio à agricultura familiar, é considerado exemplo bem-sucedido para o mundo em desenvolvimento.

Compromisso com o multilateralismo

Com mandato até o final de 2011, o Brasil é atualmente membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). No contexto da crise no Norte da África e nos países do Oriente Médio, defendeu a necessidade de diálogo

entre todas as partes, para que soluções de caráter político prevaleçam sobre o uso da força.

O Brasil e os demais países do G-4 (Alemanha, Índia e Japão) lutam pela expansão do número de membros permanentes do CSNU, de forma que reflita as realidades geopolíticas atuais.

Durante a visita do Secretário-Geral das Nações Unidas a Brasília, em 16 de junho, foi reafirmado o comprometimento do Governo brasileiro em cooperar com a ONU no encaminhamento de questões-chave da agenda internacional, como a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a solução política das crises no Norte da África e no Oriente Médio, o cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio e o processo de reforma e fortalecimento da ONU.

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)

Em 7 de junho, foram criados a Comissão Nacional e o Comitê de Organização da Rio+20, que se

realizará no Rio de Janeiro, em junho de 2012, dando início ao processo de formulação das propostas que a sociedade brasileira apresentará à Conferência e de organização dos aspectos logísticos do evento.

O fato da Conferência ser sediada no Brasil representa o reconhecimento internacional da posição de vanguarda do País nos temas objeto de debate e da contribuição para a construção de um novo padrão de desenvolvimento sustentável.

O Brasil definiu, voluntariamente, na COP-15, em Copenhague, meta de 36% a 39% de corte das emissões de gases de efeito estufa até 2020, demonstrando que fará sua parte para combater o problema da mudança climática.

O projeto de desenvolvimento brasileiro associa a preservação das reservas naturais à manutenção da matriz energética mais limpa do mundo, por meio da promoção do etanol, do biodiesel e da energia hídrica, entre outras fontes alternativas de energia, como biomassa, eólica e solar.

Rio+20

Há vinte anos, na Conferência do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, o mundo concordou em atribuir prioridade central ao desenvolvimento sustentável. Em junho de 2012, no Rio de Janeiro, uma nova Conferência das Nações Unidas voltará a discutir o modelo de desenvolvimento que as nações querem para o futuro.

A Rio+20 contará com a participação de aproximadamente uma centena de Chefes de Estado e será marco histórico na discussão multilateral em torno dos rumos do desenvolvimento. Sua agenda traz dois temas principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a governança internacional para o desenvolvimento sustentável.



Agenda Normativa

Econômica e financeira

Medida Provisória

528, de 25.3.2011	<ul style="list-style-type: none">• Reajusta a tabela do Imposto de Renda sobre a renda da pessoa física em 4,5%.
529, de 7.4.2011	<ul style="list-style-type: none">• Reduz de 11% para 5% a contribuição previdenciária do microempreendedor individual e de 20% para 11% no caso do segurado contribuinte individual, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado e do segurado facultativo.
534, de 20.5.2011	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece desoneração tributária e inclui no Programa de Inclusão Digital o Tablet PC (máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, sem teclado) produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo.

Lei

12.382, de 25.2.2011	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece uma política de valorização, a vigorar entre 2012 e 2015, do salário mínimo, assegurando que os ganhos de produtividade da economia sejam repassados ao trabalhador, por meio do aumento pela inflação mais aumento do Produto Interno Bruto – PIB.• Determina o reajuste do salário mínimo para R\$ 545 em 2011.• Os reajustes e aumentos fixados serão estabelecidos pelo Poder Executivo, por meio de decreto.
12.414, de 9.6.2011	<ul style="list-style-type: none">• Institui o “Cadastro Positivo”, viabilizando a redução dos juros para os clientes com histórico de bons pagadores (pessoas naturais ou pessoas jurídicas).
12.431, de 27.6.2011	<ul style="list-style-type: none">• Viabiliza a construção de um mercado privado de financiamento de longo prazo. Incentiva o financiamento de médio e longo prazo. Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares – RENUCLEAR e dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga.
12.441, de 11.7.2011	<ul style="list-style-type: none">• Permite a constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), que dispensa a necessidade de sócio. Será formada por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no País.
12.453, de 21.7.2011	<ul style="list-style-type: none">• Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e à Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, aumentando sua capacidade de financiamento para ampliar a capacidade competitiva das empresas brasileiras por meio do incremento dos investimentos em inovação tecnológica e modernização do parque produtivo.

Decreto

7.478, de 12.5.2011	<ul style="list-style-type: none">• Cria a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade – CGDC, do Conselho de Governo.
---------------------	--

Social

Medida Provisória

533, de 10.5.2011	<ul style="list-style-type: none">• Autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil (creches).
536, de 24.6.2011	<ul style="list-style-type: none">• Reajusta para R\$ 2.384,82 o valor da bolsa para médicos residentes com carga horária de 60 horas semanais.• Estabelece, ainda, a exigência de fornecer condições adequadas de moradia, alimentação e repouso a esses profissionais.

Lei

12.395, de 16.3.2011	<ul style="list-style-type: none">• Cria o Programa Cidade Esportiva e o Programa Atleta Pódio.• Altera a Bolsa Atleta, estabelecendo as modalidades e recursos financeiros que podem variar de R\$ 370,00 a R\$ 15 mil mensais.• Amplia a proteção aos clubes formadores de atletas, alterando as regras de contratação dos atletas em formação.
12.398, de 28.3.2011	<ul style="list-style-type: none">• Permite que seja regulado o direito de visita dos avós aos netos.
12.401, de 28.4.2011	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece os procedimentos para inclusão de medicamentos e a incorporação de novos produtos e tecnologias no Sistema Único de Saúde. Proporciona à população maior acesso a medicamentos e procedimentos em saúde, com a garantia de qualidade comprovada por rigorosa avaliação técnica e científica desses produtos e serviços, incluindo os casos em que a oferta é determinada por decisão judicial.
12.403, de 4.5.2011	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece penas alternativas à prisão durante a tramitação do processo judicial e os critérios para sua concessão.
12.416, de 9.6.2011	<ul style="list-style-type: none">• Determina a oferta de ensino e assistência estudantil em universidades públicas e privadas aos povos indígenas.
12.415, de 9.6.2011	<ul style="list-style-type: none">• Obriga os pais agressores que estejam afastados da moradia por ordem judicial a fornecer alimentos a seus filhos, evitando que os pais deixem de cumprir suas obrigações quando são afastados do lar.
12.433, de 29.6.2011	<ul style="list-style-type: none">• Permite que o preso utilize o tempo de estudo para a remição de parte da pena a ser cumprida.
12.435, de 6.7.2011	<ul style="list-style-type: none">• Regulamenta a Lei do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
12.440, de 7.7.2011	<ul style="list-style-type: none">• Institui a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a sua exigência para participação em licitações.

Projeto de Lei

1.209, de
29.4.2011

- Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

Decreto

7.496, de
8.6.2011

- Institui o Plano Estratégico de Fronteiras para o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira.

7.507, de
27.6.2011

- Define que os municípios só poderão receber verbas através de contas específicas para a saúde e terão que movimentar os recursos por meios eletrônicos. Amplia o controle e a transparência dos repasses de recursos federais aos fundos de saúde dos municípios.

7.508, de
28.6.2011

- Regulamenta a Lei nº 8.080/90, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, definindo as responsabilidades da União, estados e municípios e instituindo mecanismos de controle e instrumentos para que o Governo Federal atue na pactuação e no monitoramento das ações realizadas na rede pública.

7.514, de
5.7.2011

- Regulamenta o ingresso de servidores e militares do ex-Território de Rondônia e do Estado de Rondônia em quadro em extinção da administração federal.

7.520, de
8.7.2011

- Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS”, para o período de 2011 a 2014.

7.535, de
26.7.2011

- Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS”.

Portaria

26 do MPOG, de
11.3.2011

- Regulamenta a participação de representante dos empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

1.401 e 1.402 do
MS, de 27.6.2011

- Define as regras para adesão e destino de recursos aos municípios interessados em implantar um polo do Programa Academia de Saúde. Estão disponíveis recursos para implantação, até 2014, de 4 mil polos do programa. A ação visa modificar o quadro de sedentarismo e sobrepeso do brasileiro.

Resolução
Normativa
nº 259 da
Agência Nacional
de Saúde de
17.6.2011

- Garante aos usuários de planos de saúde o acesso aos serviços e procedimentos definidos no plano, no seu município ou nas localidades vizinhas, desde que sejam integrantes da área geográfica de abrangência e atuação do plano. Define os prazos máximos para o atendimento. Estimula as operadoras de planos de saúde a promoverem o credenciamento de prestadores de serviços nos municípios de sua área de cobertura e garantir que o beneficiário tenha acesso a tudo que contratou.

Infraestrutura

Lei

12.396, de 21.3.2011	<ul style="list-style-type: none">• Cria o consórcio público, sob a forma de autarquia em regime especial, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO. Com objetivo de coordenar a preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e ser responsável pela aprovação e monitoramento das obras e dos serviços que compõem a Carteira de Projetos Olímpicos.
12.407, de 19.5.2011	<ul style="list-style-type: none">• Viabiliza investimentos de grande vulto da indústria automotiva em Estados do Nordeste.
12.462, de 5.8.2011	<ul style="list-style-type: none">• Cria a Secretaria de Aviação Civil, com <i>status</i> de ministério e subordinada diretamente à Presidência da República. Transfere do Ministério da Defesa ao novo órgão a atribuição de coordenar as políticas do setor.• Altera as regras de licitações para as obras da Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, criando o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

Decreto

7.512 de 30.6.2011	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece o III Plano de Metas para a universalização do serviço de telefonia fixa.
7.513 de 1.7.2011	<ul style="list-style-type: none">• Cria o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais na estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia.



brasil.gov.br